

ADMINISTRAÇÃO
E PLANEJAMENTO



PREFEITURA
Irupi

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

PREGÃO ELETRÔNICO

006/2026

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.394.234,30

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 10/06/2026 ÀS 08H15MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

ATÉ ÀS 08H14MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA

ABERTO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

SIM

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2026.033E0500001.01.0004

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

(Processo Administrativo nº 1.198/2026 - Processo E&L nº 214/2026)

Id. CidadES nº 2026.033E0500001.01.0004

Torna-se público que a Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Licitação, sediado na Rua Jalmas Gomes de Freitas, n 171, Bairro Centro, na cidade de Irupi/ES, CEP 29.398-032, realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 101, de 30 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada no fornecimento de Medicamentos para Farmácia Básica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido e que preencherem as condições e requisitos estabelecidos neste Edital e na legislação aplicável e que estiverem previamente credenciados na Licitanet - Licitações Eletrônicas (licitanet.com.br).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no

Sistema relacionado no item 3.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para os itens 01 a 124, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

- 3.7.7.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.8.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.9.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.8.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 9º, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.9.** A vedação de que trata o item anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.10.** O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.11.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.12.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.13.** O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo,

nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante incluirá no sistema declaração de que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal;

4.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto no art. 1º, III e IV, e do art. 5º, III da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá anexar, ainda, no próprio sistema eletrônico, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.7. Havendo previsão de tratamento favorecido, o fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá anexar, ainda, no próprio sistema eletrônico, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência da declaração prevista no item 4.7 impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência da declaração prevista no item 4.7 apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. Havendo previsão do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá se beneficiar a pessoa jurídica:

4.8.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

- 4.8.4.** Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.8.5.** Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.8.6.** Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.8.7.** Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.8.8.** Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.8.9.** Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.8.10.** Constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.8.11.** Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.9.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e neste Edital.
- 4.10.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.11.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.12.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.12.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre

os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.9.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,005 (cinco milésimos de centavos).

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso,

será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 5% (cinco por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 6.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 5% (cinco por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão,

o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento

como empresa de pequeno porte.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Espírito Santo;

6.21.2.2. Empresas brasileiras;

6.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em Lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de

classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5.1. A proposta a que se refere subitem acima também deverá ser enviada mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, observado o subitem 5.1 deste Edital.

6.23.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedora - SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome e no CNPJ da empresa licitante e também em nome e CPF de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

7.3. Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas

Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.7 deste Edital.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores

inferiores a 10% (dez por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item acima, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação obras e de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3. No caso de obras e serviços de engenharia, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item acima, só será considerada após diligência do Pregoeiro.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. As diligências para aferição da exequibilidade dos preços deverão ser realizadas em prazo compatível com a complexidade do objeto licitado, que seja capaz de oferecer aos licitantes uma real possibilidade de demonstração da exequibilidade de suas propostas.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, a diferença entre o valor inicial da proposta e o valor final deverá ser decomposta linearmente sobre todos os itens que compõem a planilha de Custos e Formação de Preços;

7.12.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o desconto proposto, em relação ao preço máximo admitido neste Edital, será aplicado de forma linear sobre todos os itens que compõem a Planilha de Custos e Formação de Preços;

7.12.3. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. O local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes, está prevista no Termo de Referência.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.21. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

7.21.1. Declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

7.21.2. Cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial; e

7.21.3. Declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021;

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, não poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

- 8.2.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.3.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.3.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.
- 8.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.6.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.7.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.8.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.9.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.11.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.12. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13. Respeitada a exceção do item anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021), para:

8.14.1. A juntada posterior de documentos ou informações que apenas esclareçam ou complementem os já anteriormente apresentados e constantes dos autos; e

8.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. Terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou retirar instrumento equivalente, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

9.3.1. Caso seja enviado por meio eletrônico e o adjudicatário não se manifeste no prazo de 02 (dois) dias após o envio, será considerado como recebido o Termo de Contrato ou instrumento equivalente.

9.4. O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

9.5. O aceite do instrumento equivalente, emitido ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.5.1. Referido instrumento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.5.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos

arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da mesma Lei.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

10.2.1. Caso seja enviado por meio eletrônico e o adjudicatário não se manifeste no prazo de 02 (dois) dias após o envio, será considerado como recebida a Ata de Registro de Preços.

10.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.3.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.3.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.7. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.7.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

11. DA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 29 e art. 30 do Decreto Municipal nº 101, de 30 de março de 2023.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

12.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

12.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

12.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no art. 17, §1º da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da Licitanet - Licitações Eletrônicas (licitanet.com.br).

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade

de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.6.1. Na aplicação isolada da sanção de advertência, a defesa será no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Irupi, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º da Lei nº 14.133, de 2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Irupi.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados no sistema eletrônico.

13.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no sistema eletrônico serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: www.licitanet.com.br

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Documentos que não informem seu prazo de validade, terão validade de 90 (noventa) dias após sua emissão.

15.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (pncp.gov.br/), no site da Prefeitura Municipal de Irupi (irupi.es.gov.br) e da Licitanet Licitações Eletrônicas 4.0 (licitanet.com.br).

15.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.12.1. ANEXO I – Declaração Unificada

15.12.2. ANEXO II - Termo de Referência

15.12.2.1. Apêndice do Anexo II - Estudo Técnico Preliminar

15.12.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato

15.12.4. ANEXO IV - Minuta de Ata de Registro de Preços

Irupi/ES, 12 de maio de 2026.

Carlos Emanuel Silva Miranda

Secretário Municipal De Saúde Interino

ANEXO I

DECLARAÇÃO UNIFICADA

_____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____,
sediada na _____,
através de seu representante legal infra-assinado **DECLARA**, para os devidos fins, que:

Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal;

Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto no art. 1º, III e IV e no art. 5º, III da Constituição Federal;

Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, se licitante organizado em cooperativa.

Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, se licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa



_____, ____ de _____ de 2026.

NOME DA EMPRESA

ASSINATURA REPRESENTANTE LEGAL

CARIMBO COM CNPJ



ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA - TR

(Processo Administrativo nº 1.198/2026 - Processo EL nº 214/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **Medicamentos para Farmácia Básica**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

DISPUTA EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (DEMAIS ITENS) / DISPUTA 25% RESERVADO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA (ITENS: 68 E 86)					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ACETILCISTEÍNA, SOLUÇÃO ORAL, CONCENTRAÇÃO 40 MG/ML, EM FRASCO COM VOLUME MÍNIMO DE 60 ML.	FR	3.000	R\$8,56	R\$25.680,00
2	ACICLOVIR 200 MG,	CMP	8.000	R\$0,23	R\$1.840,00
3	ACICLOVIR CREME 50MG/G COM 10G	BNG	400	R\$5,74	R\$2.296,00
4	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG	CMP	50.000	R\$0,08	R\$4.000,00
5	ÁCIDO FÓLICO 5MG	CMP	40.000	R\$0,08	R\$3.200,00
6	ACIDO VALPROICO 250 MG	CMP	20.000	R\$0,59	R\$11.800,00
7	ACIDO VALPROICO 500 MG	CMP	20.000	R\$0,81	R\$16.200,00
8	ALBENDAZOL 400MG MASTIGÁVEL	CMP	3.000	R\$0,97	R\$2.910,00
9	ALBENDAZOL, SUSPENSÃO ORAL, CONCENTRAÇÃO 40 MG/ML, FRASCO COM VOLUME MÍNIMO DE 10 ML.	FR	400	R\$2,95	R\$1.180,00
10	ALOPURINOL 100MG	CMP	12.000	R\$0,24	R\$2.880,00

11	ALPRAZOLAM 2 MG	CMP	60.000	R\$0,47	R\$28.200,00
12	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25MG	CMP	120.000	R\$0,23	R\$27.600,00
13	AMOXICILINA 250 MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 62,5 MG/5 ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO PARA RECONSTITUIÇÃO COM VOLUME FINAL MÍNIMO DE 60 ML.	FR	600	R\$12,55	R\$7.530,00
14	AMOXICILINA 500 MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125 MG	CMP	10.000	R\$1,74	R\$17.400,00
15	AMOXICILINA 500MG	CMP	15.000	R\$0,79	R\$11.850,00
16	AMOXICILINA 250 MG/5 ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO PARA RECONSTITUIÇÃO COM VOLUME FINAL MÍNIMO DE 60 ML.	FR	1.500	R\$11,16	R\$16.740,00
17	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG	CMP	60.000	R\$0,19	R\$11.400,00
18	ATENOLOL 50MG	CMP	40.000	R\$0,19	R\$7.600,00
19	AZITROMICINA 40 MG/ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO PARA RECONSTITUIÇÃO COM VOLUME FINAL MÍNIMO DE 15 ML.	FR	1.000	R\$11,45	R\$11.450,00
20	AZITROMICINA 500 MG	CMP	10.000	R\$0,97	R\$9.700,00
21	BECLOMETASONA DIPROPIONATO 250 MCG/DOSE, AEROSOL ORAL (INALATÓRIO), FRASCO CONTENDO 200 DOSES.	FR	800	R\$26,38	R\$21.104,00
22	BIPERIDENO, CLORIDRATO 2MG	CMP	20.000	R\$0,28	R\$5.600,00
23	BISACODIL 5 MG	CMP	4.000	R\$0,21	R\$840,00

24	BROMOPRIDA 10MG	CMP	8.000	R\$0,24	R\$1.920,00
25	BROMOPRIDA 4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS)	FR	400	R\$3,55	R\$1.420,00
26	BUDESONIDA 50 MCG/DOSE, SPRAY NASAL, FRASCO CONTENDO NO MÍNIMO 120 DOSES.	FR	600	R\$25,42	R\$15.252,00
27	CAPTOPRIL 25MG	CMP	60.000	R\$0,08	R\$4.800,00
28	CARBAMAZEPINA 200MG	CMP	60.000	R\$0,39	R\$23.400,00
29	CARBONATO DE CALCIO 1250 MG	CMP	20.000	R\$0,24	R\$4.800,00
30	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL 500 MG + 400 UI	CMP	40.000	R\$0,48	R\$19.200,00
31	CARBONATO DE LITIO 300 MG	CMP	35.000	R\$0,39	R\$13.650,00
32	CARVEDILOL 25MG	CMP	20.000	R\$0,24	R\$4.800,00
33	CARVEDILOL 3,125MG	CMP	20.000	R\$0,24	R\$4.800,00
34	CEFALEXINA SÓDICA 500MG	CMP	12.000	R\$0,77	R\$9.240,00
35	CEFALEXINA SÓDICA 250 MG/5 ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO PARA RECONSTITUIÇÃO COM VOLUME FINAL MÍNIMO DE 60 ML.	FR	1.000	R\$10,83	R\$10.830,00
36	CINARIZINA 75 MG	CMP	10.000	R\$0,49	R\$4.900,00
37	CIPROFIBRATO 100 MG	CMP	20.000	R\$0,39	R\$7.800,00
38	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 500 MG	CMP	10.000	R\$0,56	R\$5.600,00

39	CLARITROMICINA 500MG	CMP	3.600	R\$1,85	R\$6.660,00
40	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25MG	CMP	15.000	R\$0,95	R\$14.250,00
41	CLONAZEPAM 0,5MG	CMP	20.000	R\$0,20	R\$4.000,00
42	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS)	FR	600	R\$3,12	R\$1.872,00
43	CLONAZEPAM 2MG	CMP	90.000	R\$0,41	R\$36.900,00
44	CLOPRIDOGREL, BISSULFATO 75MG	CMP	20.000	R\$0,75	R\$15.000,00
45	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 100MG	CMP	20.000	R\$0,40	R\$8.000,00
46	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 25MG	CMP	30.000	R\$0,32	R\$9.600,00
47	COLECALCIFEROL 200 UI/GOTA, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS)	FR	800	R\$5,25	R\$4.200,00
48	COMPLEXO B COMPRIMIDO	CMP	30.000	R\$0,15	R\$4.500,00
49	DEXAMETASONA 4MG	CMP	6.000	R\$0,18	R\$1.080,00
50	DEXAMETASONA, CREME 1MG/G	BNG	1.500	R\$5,55	R\$8.325,00
51	DEXAMETASONA 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FR	200	R\$8,88	R\$1.776,00
52	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 0,4 MG/ML + BETAMETASONA 0,05 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL XAROPE EM FRASCO COM VOLUME MÍNIMO DE 60 ML.	FR	1.500	R\$7,39	R\$11.085,00
53	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL XAROPE EM FRASCO COM VOLUME MÍNIMO DE 60 ML.	FR	1.500	R\$5,81	R\$8.715,00

54	DIAZEPAM 10MG	CMP	40.000	R\$0,24	R\$9.600,00
55	DIPIRONA SÓDICA 500MG	CMP	200.000	R\$0,26	R\$52.000,00
56	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS) FRASCO COM VOLUME MÍNIMO DE 20 ML.	FR	1.500	R\$3,27	R\$4.905,00
57	DOMPERIDONA 10MG	CMP	30.000	R\$0,42	R\$12.600,00
58	ENALAPRIL, MALEATO DE 20MG	CMP	30.000	R\$0,14	R\$4.200,00
59	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO+DIPIRONA SÓDICA 10 MG+250 MG	CMP	10.000	R\$0,51	R\$5.100,00
60	ESPIRONOLACTONA 25MG	CMP	50.000	R\$0,25	R\$12.500,00
61	FENITOÍNA SÓDICA 100MG	CMP	15.000	R\$0,34	R\$5.100,00
62	FENOBARBITAL 100MG	CMP	25.000	R\$0,24	R\$6.000,00
63	FLUCONAZOL 150MG	CAPSULA	4.000	R\$0,52	R\$2.080,00
64	FLUOXETINA 20MG	CMP	90.000	R\$0,36	R\$32.400,00
65	FOLINATO DE CALCIO 15 MG	CMP	2.000	R\$2,43	R\$4.860,00
66	FUROSEMIDA 40MG	CMP	30.000	R\$0,09	R\$2.700,00
67	GLIBENCLAMIDA 5MG	CMP	60.000	R\$0,13	R\$7.800,00
68	GLICLAZIDA 30 MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	CMP	40.000	R\$0,61	R\$24.400,00
69	GLICLAZIDA 60 MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	CMP	90.000	R\$0,56	R\$50.400,00

70	HALOPERIDOL DECANOATO 70,52 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML.	AMP	402	R\$7,90	R\$3.175,80
71	HALOPERIDOL 5MG	CMP	20.000	R\$0,20	R\$4.000,00
72	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	CMP	125.000	R\$0,10	R\$12.500,00
73	IBUPROFENO 100 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS	FR	800	R\$3,09	R\$2.472,00
74	IBUPROFENO 600MG	CMP	30.000	R\$0,19	R\$5.700,00
75	IMIPRAMINA 25MG	CMP	6.000	R\$0,43	R\$2.580,00
76	ITRACONAZOL 100 MG	CAPSULA	4.000	R\$0,76	R\$3.040,00
77	IVERMECTINA 6 MG	CMP	2.000	R\$0,30	R\$600,00
78	LACTULOSE 667 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (XAROPE), FRASCO DE 120 ML.	FR	200	R\$7,81	R\$1.562,00
79	LEVODOPA + BENSERAZIDA 200MG+50MG	CMP	20.000	R\$1,80	R\$36.000,00
80	LEVOFLOXACINO 500 MG	CMP	5.000	R\$0,66	R\$3.300,00
81	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG	CMP	10.000	R\$0,51	R\$5.100,00
82	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG	CMP	10.000	R\$0,41	R\$4.100,00
83	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG	CMP	12.000	R\$0,46	R\$5.520,00
84	LORATADINA 10MG	CMP	14.400	R\$0,10	R\$1.440,00
85	LORATADINA 1 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (XAROPE OU SUSPENSÃO), FRASCO COM VOLUME MÍNIMO DE 100 ML.	FR	1.000	R\$5,52	R\$5.520,00

86	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG	CMP	87.500	R\$0,24	R\$21.000,00
87	METFORMINA CLORIDRATO 500MG	CMP	60.000	R\$0,20	R\$12.000,00
88	METFORMINA, CLORIDRATO 850MG	CMP	130.000	R\$0,25	R\$32.500,00
89	METILDOPA 250MG	CMP	60.000	R\$0,58	R\$34.800,00
90	METILDOPA 500 MG	CMP	30.000	R\$0,97	R\$29.100,00
91	METOCLOPRAMIDA 10MG	CMP	8.000	R\$0,24	R\$1.920,00
92	METROPOLOL, SUCCINATO 25MG	CMP	60.000	R\$0,65	R\$39.000,00
93	METRONIDAZOL CREME VAGINAL 100MG/G	BNG	400	R\$6,52	R\$2.608,00
94	METRONIDAZOL 250MG	CMP	10.000	R\$0,61	R\$6.100,00
95	MICONAZOL, NITRATO CREME 2% 28G	BNG	400	R\$5,54	R\$2.216,00
96	MICONAZOL, NITRATO CREME VAGINAL 2% 80G	BNG	400	R\$8,12	R\$3.248,00
97	NEOMICINA, SULFATO + BACITRACINA POMADA 5MG/G + 250UI/G	BNG	2.000	R\$5,88	R\$11.760,00
98	NIMESULIDA 100MG	CMP	35.000	R\$0,20	R\$7.000,00
99	NISTATINA SUSPENSÃO ORAL 100.000UI/ML	FR	400	R\$4,97	R\$1.988,00
100	NISTATINA CREME VAGINAL 100.000UI/4MG	BNG	500	R\$6,22	R\$3.110,00
101	NITROFURANTOÍNA 100MG	CAPSULA	14.000	R\$0,44	R\$6.160,00
102	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO 25MG	CAPSULA	20.000	R\$0,59	R\$11.800,00

103	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO 50 MG	CAPSULA	20.000	R\$0,57	R\$11.400,00
104	OMEPRAZOL 20 MG	CAPSULA	90.000	R\$0,23	R\$20.700,00
105	ONDANSETRONA 4 MG	CMP	10.000	R\$0,57	R\$5.700,00
106	OXCARBAZEPINA 300MG	CMP	10.000	R\$1,14	R\$11.400,00
107	OXCARBAZEPINA 600MG	CMP	10.000	R\$1,60	R\$16.000,00
108	PARACETAMOL 200 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 15 ML.	FR	600	R\$3,13	R\$1.878,00
109	PARACETAMOL 500MG	CMP	35.000	R\$0,15	R\$5.250,00
110	PERMETRINA LOÇÃO 5%	FR	150	R\$5,99	R\$898,50
111	POLIMIXINA B + NEOMICINA + FLUOCINOLONA ACETONIDA + LIDOCAÍNA, SOLUÇÃO OTOLÓGICA, CONCENTRAÇÃO 10.000 UI + 3,5 MG + 0,25 MG + 20 MG/ML, FRASCO 5 ML.	FR	200	R\$7,52	R\$1.504,00
112	PREDNISONA 20MG	CMP	15.000	R\$0,37	R\$5.550,00
113	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO 4,02 MG/ML (EQUIVALENTE A 3 MG/ML DE PREDNISOLONA BASE), SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM VOLUME MÍNIMO DE 60 ML.	FR	3.000	R\$6,49	R\$19.470,00
114	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25MG	CMP	20.000	R\$0,36	R\$7.200,00
115	PROPRANOLOL, CLORIDRATO 40MG	CMP	30.000	R\$0,12	R\$3.600,00
116	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PÓ	SACHE	3.000	R\$0,98	R\$2.940,00
117	SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE (EQUIVALENTE A 120,5 MCG/DOSE DE SULFATO DE SALBUTAMOL), AEROSOL ORAL DOSIMETRADO,	FR	3.000	R\$12,60	R\$37.880,00

	FRASCO CONTENDO NO MÍNIMO 200 DOSES.				
118	SERTRALINA 50MG	CMP	110.000	R\$0,11	R\$12.100,00
119	SIMETICONA 75 MG/ML, EMULSÃO ORAL (GOTAS), FRASCO COM VOLUME MÍNIMO DE 10 ML.	FR	400	R\$3,15	R\$1.260,00
120	SINVASTATINA 20MG	CMP	50.000	R\$0,10	R\$5.000,00
121	SINVASTATINA 40MG	CMP	15.000	R\$0,14	R\$2.100,00
122	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA 400MG+80MG	CMP	8.000	R\$0,28	R\$2.240,00
123	SULFATO FERROSO 40MG	CMP	40.000	R\$0,15	R\$6.000,00
124	SULFATO FERROSO 125 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS), FRASCO COM VOLUME MÍNIMO DE 15 ML.	FR	400	R\$2,76	R\$1.104,00

DISPUTA GERAL					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
125	GLICLAZIDA 30 MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	CMP	120.000	R\$0,61	R\$73.200,00
126	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG	CMP	262.500	R\$0,24	R\$63.000,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 292, de 29 de abril de 2024.

1.3. Os bens objetos desta contratação são caracterizadas como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados de sua publicação, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na AN-VISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013

4.1.2. Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado.

SUBCONTRATAÇÃO

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2.1. A vedação à subcontratação justifica-se em razão dos riscos operacionais e de conformidade que podem comprometer a adequada execução do objeto. A aquisição e o fornecimento de medicamentos exigem controle rigoroso quanto à procedência, vali-

dade, transporte e armazenamento dos produtos, de modo que a intervenção de terceiros poderia aumentar o risco de falhas na rastreabilidade, de divergências na entrega e de comprometimento da qualidade e eficácia dos medicamentos destinados à população. Assim, a execução direta pelo contratado principal mitiga riscos operacionais, de segurança e de reputação da Administração.

4.2.2. Além disso, os requisitos técnicos e de qualidade que norteiam este certame demandam o cumprimento de padrões específicos estabelecidos pela legislação sanitária e pelas normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Tais exigências somente podem ser integralmente observadas quando o fornecedor mantém controle direto sobre todo o processo de fornecimento, desde a aquisição junto a distribuidores autorizados até a entrega nos pontos designados. A subcontratação poderia inviabilizar o cumprimento integral dessas normas, comprometendo a segurança e a rastreabilidade do produto.

4.2.3. Do ponto de vista legal e contratual, o contratado possui responsabilidade integral pela perfeita execução do objeto, sendo vedada a transferência de obrigações sem prévia e expressa autorização da Administração. No caso em análise, a natureza essencial e sensível do objeto – o fornecimento de medicamentos destinados ao atendimento da rede pública municipal – reforça a necessidade de atribuir responsabilidade única e intransferível ao fornecedor contratado, prevenindo eventuais controvérsias quanto à origem, qualidade ou prazos de entrega.

4.2.4. Por fim, sob o aspecto da gestão e do controle, a vedação visa assegurar maior eficiência na fiscalização contratual e simplificar os procedimentos de acompanhamento e conferência das entregas. A inexistência de subcontratados facilita o monitoramento das obrigações assumidas, reduz a complexidade administrativa e permite à Administração manter controle direto sobre o desempenho do fornecedor, garantindo padrões uniformes de qualidade e maior segurança no cumprimento das cláusulas contratuais.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES A SEREM APRESENTADOS NO ATO DA CONTRATAÇÃO

4.4. Como condição para a contratação, a empresa vencedora deverá apresentar os documentos relacionados a seguir, observadas as disposições deste Termo de Referência:

4.4.1. A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados da emissão da autorização de fornecimento, em remessa única.

5.2. Considerando a urgência e a importância da demanda relacionada à saúde, é essencial que a entrega do material seja realizada de forma célere. A fixação do prazo para 20 dias é necessária para evitar riscos à saúde do paciente e garantir a continuidade do tratamento sem interrupções.

5.3. Prazo excessivo pode ocasionar atrasos no início do tratamento ou no uso de recursos essenciais, prejudicando diretamente o prognóstico e a qualidade de vida do paciente. Portanto, o prazo é fundamental para atender às necessidades de saúde com a urgência que o caso requer, garantindo o direito a um tratamento adequado e oportuno.

5.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

LOCAL E HORA DE ENTREGA

5.5. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua João costa, bairro Miguel Tomaz, nº 570, almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde.

5.6. Os bens deverão ser entregues no seguinte horário: das 7h às 16h, de segunda a sexta-feira.

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

6.6. A execução do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

FISCAL DO CONTRATO

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (art. 21, VI do Decreto Municipal nº 95, de 30 de março de 2023).

6.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (art. 117, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 21, II do Decreto Municipal nº 95, de 2023).

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, determinando prazo para a correção (art. 21, III do Decreto Municipal nº 95, de 2023).

6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que

demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (art. 21, IV do Decreto Municipal nº 95, de 2023).

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (art. 21, V do Decreto Municipal nº 95, de 2023).

6.12. O fiscal do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (art. 21, VII do Decreto Municipal nº 95, de 2023).

6.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

GESTOR DO CONTRATO

6.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (art. 20, IV do Decreto Municipal nº 95, de 2023).

6.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (art. 20, II do Decreto Municipal nº 95, de 2023).

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência (art. 20, III do Decreto Municipal nº 95, de 2023).

6.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com men-

ção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (art. 20, VIII do Decreto Municipal nº 95, de 2023).

6.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (art. 20, X do Decreto Municipal nº 95, de 2023).

6.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (art. 20, VI do Decreto Municipal nº 95, de 2023).

6.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

7.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

7.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. **ADVERTÊNCIA**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º da Lei nº 14.133, de 2021);

7.2.2. **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 7.1.2, 7.1.3, 7.1.4 deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º da Lei nº 14.133, de 2021);

7.2.3. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8 deste Contrato, bem como nos subitens 7.1.2, 7.1.3, 7.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º da Lei nº 14.133, de 2021).

7.2.4. **MULTA:**

7.2.4.1. Moratória, para a infração descrita no item 7.1.4, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 7.1.5 a 7.1.8, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

7.2.4.3. Compensatória, para a infração prevista no subitem 7.1.3, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

7.2.4.4. Para as infrações descritas nos subitens 7.1.2 e 7.1.4, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

7.2.4.5. Para a infração descrita no subitem 7.1.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133, de 2021).

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5. Antes da aplicação de sanção será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5.1. Na aplicação isolada da sanção de advertência, a defesa será no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento

eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133, de 2021).

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no sistema eletrônico.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no sistema eletrônico serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021):

7.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

7.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com

poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Banco de Sanções.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o art. 75, II da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.

LIQUIDAÇÃO

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem 5% (cinco por cento) do valor de que trata o art. 75, II da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. O prazo de validade;

8.11.2. A data da emissão;

8.11.3. Os dados do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, e do órgão contratante;

- 8.11.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 8.11.5. O valor a pagar; e
- 8.11.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- 8.12. Caso a contratação utilize recursos provenientes de transferências da União ou Estado a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá também expressar as seguintes informações:
- 8.12.1. O número do processo de transferência; e
- 8.12.2. O número do instrumento de transferência.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante a documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. A Administração deverá realizar consulta, aos cadastros seguintes, para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas:
- 8.15.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedor - SICAF;
- 8.15.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).
- 8.16. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

PRAZO DE PAGAMENTO

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem 5% (cinco por cento) do valor de que trata o art. 75, II da Lei nº 14.133, de 2021.

8.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

FORMA DE PAGAMENTO

8.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou transferência eletrônica, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, cheque nominal ou cartão eletrônico.

8.24. Será considerada data do pagamento, no caso de ordem bancária, o dia em que constar como emitida, no caso de transferência eletrônica, a data de sua efetivação, no caso de cheque nominal, a data de seu recebimento pelo credor.

8.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

REAJUSTE

8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/04/2026.

8.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA de correção monetária, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.28.1. Em se tratando de Sistema de Registros de Preços, os preços registrados serão reajustados por este mesmo índice, caso ocorra a prorrogação da Ata de Registro de Preços.

8.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

REVISÃO

8.35. Observada a matriz de riscos, caso existente, os preços poderão sofrer revisão para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, conforme disposto no art. 124, II, *d* da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante pedido do interessado.

8.36. Para fins do disposto no item acima, deverá o fornecedor encaminhar, juntamente com o pedido de revisão, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

8.37. O pedido de revisão deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e a administração pública terá o prazo de 10 (dez) dias para responder.

8.38. O valor revisado será alcançado se utilizando da seguinte metodologia:

$$NV = VC + V$$

Onde NV = Novo Valor / VC = Valor Contratado / V = Variação

A Variação é encontrada com a seguinte fórmula:

$$V = VIDL - VIAL$$

Onde VIDL = Valor do Insumo Depois da Licitação / VIAL = Valor do Insumo Antes da Licitação

8.39. A revisão ocorrerá somente sobre os insumos cujos preços se tornaram inviáveis frente às condições inicialmente pactuadas, e alcançará somente fornecimentos posteriores ao pedido.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.2. Para os itens nº 1 a 67, 69 a 85 e 87 a 124, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

RESERVA DE COTA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.3. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, para os itens nº 68 e nº 86.

9.3.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

9.3.2. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração.

FORMA DE FORNECIMENTO

9.4. O fornecimento do objeto será parcelado.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.6. **PESSOA FÍSICA:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. **EMPRESÁRIO INDIVIDUAL:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. **SOCIEDADE EMPRESÁRIA, SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL - SLU OU SOCIEDADE IDENTIFICADA COMO EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **SOCIEDADE EMPRESÁRIA ESTRANGEIRA:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.11. **SOCIEDADE SIMPLES:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. **FILIAL, SUCURSAL OU AGÊNCIA DE SOCIEDADE SIMPLES OU EMPRESÁRIA:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. **SOCIEDADE COOPERATIVA:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal;

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto

contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, II, c da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, II da Lei nº 14.133, de 2021);

9.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, comprovando, para cada exercício, que os índices abaixo são superiores a 1 (um):

9.26.1. Índice de Liquidez Geral (LG);

9.26.2. Índice de Liquidez Corrente (LC); e

9.26.3. Índice de Solvência Geral (SG).

9.27. Os índices descritos acima serão obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Geral (LG)

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente (LC)

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Solvência Geral (SG)

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

9.28. As demonstrações de que tratam o item 9.26, deverão estar agrupadas da seguinte forma, conforme o caso, referente aos exercícios 2023 e 2024:

9.28.1. Balanço patrimonial (BP);

9.28.2. Demonstração de resultados do exercício (DRE);

9.28.3. Demais demonstrações (DRA, DMLP, DFC), quando exigíveis;

9.28.4. Notas explicativas (NE).

9.28.5. Os índices econômicos (LG, SG e LC).

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 1% do valor total estimado da parcela pertinente.

9.30.1. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021).

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.32. Autorização de Funcionamento (AE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art. 3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA:

9.32.1. Itens nº 11, 41, 42, 43 e 54.

9.33. Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA:

9.33.1. Itens nº 1 a 124.

9.34. A contratada deverá apresentar a Declaração do Detentor de Registro (DDR), na forma da RDC 81, de 5 de novembro de 2018 e RDC 103, de 31 de agosto de 2016, quando for o caso de importação de medicamento feita por um terceiro e não pelo detentor do registro do medicamento na Anvisa.

9.35. Licença Sanitária Emitida pela vigilância sanitária local (municipal ou estadual).

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA COOPERATIVAS

9.41. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.41.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

9.41.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.41.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.41.4. O registro previsto na art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.41.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.41.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.41.6.1. Ata de fundação;

9.41.6.2. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.41.6.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.41.6.4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.41.6.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.41.6.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.41.6.7. Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 1.394.234,30 (um milhão, trezentos e noventa e quatro mil, duzentos e trinta e quatro reais e trinta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

11. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Na presente contratação será utilizado o Sistema de Registro de Preços.

11.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 26 do Decreto Municipal nº 101, de 30 de março de 2023):

11.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto no art. 124, II, d da Lei nº

14.133, de 2021;

11.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.2.3. Na hipótese de previsão neste Termo de Referência de reajuste sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.3.1. No caso do reajuste, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

11.3. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Irupi/ES, 22 de abril de 2026.

Hansnara Marques de Almeida

Assessora Jurídica da Administração

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultado na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos. Neste contexto, o presente documento apresenta o Estudo Técnico Preliminar que visam assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência ou Projeto Básico.

2. ÁREA REQUISITANTE

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar foi requisitado pela Secretaria de Saúde.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA DEMANDA

3.1. A necessidade da presente demanda evidencia-se pela insuficiência de medicamentos essenciais padronizados na relação municipal de medicamentos essenciais (remume), amplamente utilizados na farmácia Básica Municipal e nas Unidades Básicas de Saúde (ubs), indispensáveis à manutenção e efetividade das ações de atenção primária à saúde. tais medicamentos são fundamentais para o controle de doenças crônicas, como hipertensão arterial e diabetes mellitus, bem como para o tratamento de condições agudas e intercorrências comuns, contribuindo diretamente para a promoção, prevenção e recuperação da saúde da população usuária do sistema público.

3.2. O não atendimento dessa demanda pode ocasionar a descontinuidade de tratamentos prescritos, agravamento de quadros clínicos, aumento da procura por atendimentos de urgência e serviços hospitalares, além da redução da resolutividade da atenção primária. esse cenário compromete a eficiência e a qualidade dos serviços de saúde ofertados, impacta negativamente os indicadores de saúde pública e pode gerar insatisfação entre os usuários do sistema único de saúde (SUS), fragilizando a confiança da população na rede municipal de saúde.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para atender a presente demanda, os seguintes requisitos se fazem necessários:

4.1.1. Os medicamentos a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas e sanitárias vigentes, conforme normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), garantindo qualidade, segurança e eficácia.

4.1.2. Os produtos deverão possuir registro válido na ANVISA, quando aplicável, e estar dentro do prazo de validade adequado no momento da entrega.

4.1.3. Os medicamentos deverão ser fornecidos em embalagens originais, devidamente identificadas, contendo lote, data de fabricação e validade.

4.1.4. A entrega deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo o abastecimento contínuo das unidades de saúde.

4.1.5. Os produtos deverão ser transportados em condições adequadas, assegurando a integridade e conservação dos medicamentos.

4.1.6. Foram consideradas, para definição dos requisitos, experiências de contratações anteriores e práticas adotadas por outros entes públicos.

5. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

5.1. A presente demanda encontra respaldo institucional conforme previsão no item PCA – 2026 06 do Plano de Contratações Anual do Município de Irupi.

6. LEVANTAMENTO DO MERCADO

6.1. Do levantamento realizado no mercado, se constatou a existência desta única solução:

6.1.1. Foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para o fornecimento de medicamentos, considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos.

6.1.2. Foram consideradas as formas usuais de aquisição na Administração Pública, incluindo processo licitatório próprio, adesão a atas de registro de preços e aquisição conforme demanda.

6.1.3. A adesão a atas pode apresentar limitações quanto à disponibilidade dos itens e quantitativos necessários.

6.1.4. A aquisição de forma fracionada pode comprometer o planejamento e aumentar o risco de desabastecimento.

6.1.5. Dessa forma, a solução mais adequada consiste na realização de processo licitatório próprio, preferencialmente por sistema de registro de preços, garantindo abastecimento contínuo.

6.1.6. O mercado fornecedor é amplo, com diversas empresas aptas ao fornecimento de medicamentos.

6.1.7. Conclui-se que a solução adotada atende de forma adequada às necessidades da Administração.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. A estimativa das quantidades foi elaborada com base no consumo histórico dos medicamentos, considerando o atendimento das unidades de saúde e a dispensação à população.

7.2. Foram considerados o consumo médio mensal, a necessidade de reposição dos estoques e a garantia de abastecimento contínuo.

7.3. Os quantitativos foram definidos com base nos registros de controle de estoque e dispensação, incluindo margem de segurança para evitar desabastecimento, conforme relatório em anexo.

7.4. Com base o levantamento, se faz necessário o seguinte quantitativo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	ACETILCISTEÍNA, SOLUÇÃO ORAL, CONCENTRAÇÃO 40 MG/ML, EM FRASCO COM VOLUME MÍNIMO DE 60 ML.	3.000
2	ACICLOVIR 200 MG,	8.000
3	ACICLOVIR CREME 50MG/G COM 10G	400
4	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG	50.000
5	ÁCIDO FÓLICO 5MG	40.000

6	ACIDO VALPROICO 250 MG	20.000
7	ACIDO VALPROICO 500 MG	20.000
8	ALBENDAZOL 400MG MASTIGÁVEL	3.000
9	ALBENDAZOL, SUSPENSÃO ORAL, CONCENTRAÇÃO 40 MG/ML, FRASCO COM VOLUME MÍNIMO DE 10 ML.	400
10	ALOPURINOL 100MG	12.000
11	ALPRAZOLAM 2 MG	60.000
12	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25MG	120.000
13	AMOXICILINA 250 MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 62,5 MG/5 ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO PARA RE-CONSTITUIÇÃO COM VOLUME FINAL MÍNIMO DE 60 ML.	600
14	AMOXICILINA 500 MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125 MG	10.000
15	AMOXICILINA 500MG	15.000
16	AMOXICILINA 250 MG/5 ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO PARA RECONSTITUIÇÃO COM VOLUME FINAL MÍNIMO DE 60 ML.	1.500
17	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG	60.000
18	ATENOLOL 50MG	40.000
19	AZITROMICINA 40 MG/ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO PARA RECONSTITUIÇÃO COM VOLUME FINAL MÍNIMO DE 15 ML.	1.000

20	AZITROMICINA 500 MG	10.000
21	BECLOMETASONA DIPROPIONATO 250 MCG/DOSE, AEROSSOL ORAL (INALATÓRIO), FRASCO CONTENDO 200 DOSES.	800
22	BIPERIDENO, CLORIDRATO 2MG	20.000
23	BISACODIL 5 MG	4.000
24	BROMOPRIDA 10MG	8.000
25	BROMOPRIDA 4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS)	400
26	BUDESONIDA 50 MCG/DOSE, SPRAY NASAL, FRASCO CONTENDO NO MÍNIMO 120 DOSES.	600
27	CAPTOPRIL 25MG	60.000
28	CARBAMAZEPINA 200MG	60.000
29	CARBONATO DE CALCIO 1250 MG	20.000
30	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL 500 MG + 400 UI	40.000
31	CARBONATO DE LITIO 300 MG	35.000
32	CARVEDILOL 25MG	20.000
33	CARVEDILOL 3,125MG	20.000

34	CEFALEXINA SÓDICA 500MG	12.000
35	CEFALEXINA SÓDICA 250 MG/5 ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, FRASCO PARA RECONSTITUIÇÃO COM VOLUME FINAL MÍNIMO DE 60 ML.	1.000
36	CINARIZINA 75 MG	10.000
37	CIPROFIBRATO 100 MG	20.000
38	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 500 MG	10.000
39	CLARITROMICINA 500MG	3.600
40	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25MG	15.000
41	CLONAZEPAM 0,5MG	20.000
42	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS)	600
43	CLONAZEPAM 2MG	90.000
44	CLOPRIDOGREL, BISSULFATO 75MG	20.000
45	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 100MG	20.000
46	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 25MG	30.000
47	COLECALCIFEROL 200 UI/GOTA, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS)	800
48	COMPLEXO B COMPRIMIDO	30.000

49	DEXAMETASONA 4MG	6.000
50	DEXAMETASONA, CREME 1MG/G	1.500
51	DEXAMETASONA 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA	200
52	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 0,4 MG/ML + BETAMETASONA 0,05 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL XAROPE EM FRASCO COM VOLUME MÍNIMO DE 60 ML.	1.500
53	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL XAROPE EM FRASCO COM VOLUME MÍNIMO DE 60 ML.	1.500
54	DIAZEPAM 10MG	40.000
55	DIPIRONA SÓDICA 500MG	200.000
56	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS) FRASCO COM VOLUME MÍNIMO DE 20 ML.	1.500
57	DOMPERIDONA 10MG	30.000
58	ENALAPRIL, MALEATO DE 20MG	30.000
59	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO+DIPIRONA SÓDICA 10 MG+250 MG	10.000
60	ESPIRONOLACTONA 25MG	50.000
61	FENITOÍNA SÓDICA 100MG	15.000
62	FENOBARBITAL 100MG	25.000



63	FLUCONAZOL 150MG	4.000
64	FLUOXETINA 20MG	90.000
65	FOLINATO DE CALCIO 15 MG	2.000
66	FUROSEMIDA 40MG	30.000
67	GLIBENCLAMIDA 5MG	60.000
68	GLICLAZIDA 30 MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	160.000
69	GLICLAZIDA 60 MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	90.000
70	HALOPERIDOL DECANOATO 70,52 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML.	402
71	HALOPERIDOL 5MG	20.000
72	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	125.000
73	IBUPROFENO 100 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS	800
74	IBUPROFENO 600MG	30.000
75	IMIPRAMINA 25MG	6.000
76	ITRACONAZOL 100 MG	4.000
77	IVERMECTINA 6 MG	2.000





78	LACTULOSE 667 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (XAROPE), FRASCO DE 120 ML.	200
79	LEVODOPA + BENSERAZIDA 200MG+50MG	20.000
80	LEVOFLOXACINO 500 MG	5.000
81	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG	10.000
82	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG	10.000
83	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG	12.000
84	LORATADINA 10MG	14.400
85	LORATADINA 1 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (XAROPE OU SUSPENSÃO), FRASCO COM VOLUME MÍNIMO DE 100 ML.	1.000
86	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG	350.000
87	METFORMINA CLORIDRATO 500MG	60.000
88	METFORMINA, CLORIDRATO 850MG	130.000
89	METILDOPA 250MG	60.000
90	METILDOPA 500 MG	30.000
91	METOCLOPRAMIDA 10MG	8.000
92	METROPOLOL, SUCCINATO 25MG	60.000



93	METRONIDAZOL CREME VAGINAL 100MG/G	400
94	METRONIDAZOL 250MG	10.000
95	MICONAZOL, NITRATO CREME 2% 28G	400
96	MICONAZOL, NITRATO CREME VAGINAL 2% 80G	400
97	NEOMICINA, SULFATO + BACITRACINA POMADA 5MG/G + 250UI/G	2.000
98	NIMESULIDA 100MG	35.000
99	NISTATINA SUSPENSÃO ORAL 100.000UI/ML	400
100	NISTATINA CREME VAGINAL 100.000UI/4MG	500
101	NITROFURANTOÍNA 100MG	14.000
102	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO 25MG	20.000
103	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO 50 MG	20.000
104	OMEPRAZOL 20 MG	90.000
105	ONDANSETRONA 4 MG	10.000
106	OXCARBAZEPINA 300MG	10.000
107	OXCARBAZEPINA 600MG	10.000

108	PARACETAMOL 200 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 15 ML.	600
109	PARACETAMOL 500MG	35.000
110	PERMETRINA LOÇÃO 5%	150
111	POLIMIXINA B + NEOMICINA + FLUOCINOLONA ACETONIDA + LIDOCAÍNA, SOLUÇÃO OTOLÓGICA, CONCENTRAÇÃO 10.000 UI + 3,5 MG + 0,25 MG + 20 MG/ML, FRASCO 5 ML.	200
112	PREDNISONA 20MG	15.000
113	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO 4,02 MG/ML (EQUIVALENTE A 3 MG/ML DE PREDNISOLONA BASE), SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM VOLUME MÍNIMO DE 60 ML.	3.000
114	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25MG	20.000
115	PROPRANOLOL, CLORIDRATO 40MG	30.000
116	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PÓ	3.000
117	SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE (EQUIVALENTE A 120,5 MCG/DOSE DE SULFATO DE SALBUTAMOL), AEROSOL ORAL DOSIMETRADO, FRASCO CONTENDO NO MÍNIMO 200 DOSES.	3.000
118	SERTRALINA 50MG	110.000
119	SIMETICONA 75 MG/ML, EMULSÃO ORAL (GOTAS), FRASCO COM VOLUME MÍNIMO DE 10 ML.	400
120	SINVASTATINA 20MG	50.000

121	SINVASTATINA 40MG	15.000
122	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA 400MG+80MG	8.000
123	SULFATO FERROSO 40MG	40.000
124	SULFATO FERROSO 125 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS), FRASCO COM VOLUME MÍNIMO DE 15 ML.	400

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa do valor foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada em banco de preços, considerando valores praticados no mercado para fornecimento de medicamentos.

8.2. Foram utilizados, no mínimo, 3 (três) orçamentos por item, sendo adotada a média dos valores obtidos, conforme relatório em anexo.

8.3. A pesquisa observou os princípios da economicidade e vantajosidade, garantindo compatibilidade com o mercado.

8.4. Os valores por item estão apresentados na tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	FR	R\$8,56	R\$25.680,00
2	CMP	R\$0,23	R\$1.840,00
3	BNG	R\$5,74	R\$2.296,00
4	CMP	R\$0,08	R\$4.000,00
5	CMP	R\$0,08	R\$3.200,00
6	CMP	R\$0,59	R\$11.800,00
7	CMP	R\$0,81	R\$16.200,00
8	CMP	R\$0,97	R\$2.910,00
9	FR	R\$2,95	R\$1.180,00
10	CMP	R\$0,24	R\$2.880,00
11	CMP	R\$0,47	R\$28.200,00
12	CMP	R\$0,23	R\$27.600,00
13	FR	R\$12,55	R\$7.530,00



14	CMP	R\$1,74	R\$17.400,00
15	CMP	R\$0,79	R\$11.850,00
16	FR	R\$11,16	R\$16.740,00
17	CMP	R\$0,19	R\$11.400,00
18	CMP	R\$0,19	R\$7.600,00
19	FR	R\$11,45	R\$11.450,00
20	CMP	R\$0,97	R\$9.700,00
21	FR	R\$26,38	R\$21.104,00
22	CMP	R\$0,28	R\$5.600,00
23	CMP	R\$0,21	R\$840,00
24	CMP	R\$0,24	R\$1.920,00
25	FR	R\$3,55	R\$1.420,00
26	FR	R\$25,42	R\$15.252,00
27	CMP	R\$0,08	R\$4.800,00
28	CMP	R\$0,39	R\$23.400,00
29	CMP	R\$0,24	R\$4.800,00
30	CMP	R\$0,48	R\$19.200,00
31	CMP	R\$0,39	R\$13.650,00
32	CMP	R\$0,24	R\$4.800,00
33	CMP	R\$0,24	R\$4.800,00
34	CMP	R\$0,77	R\$9.240,00
35	FR	R\$10,83	R\$10.830,00
36	CMP	R\$0,49	R\$4.900,00
37	CMP	R\$0,39	R\$7.800,00
38	CMP	R\$0,56	R\$5.600,00
39	CMP	R\$1,85	R\$6.660,00
40	CMP	R\$0,95	R\$14.250,00
41	CMP	R\$0,20	R\$4.000,00
42	FR	R\$3,12	R\$1.872,00
43	CMP	R\$0,41	R\$36.900,00
44	CMP	R\$0,75	R\$15.000,00
45	CMP	R\$0,40	R\$8.000,00
46	CMP	R\$0,32	R\$9.600,00
47	FR	R\$5,25	R\$4.200,00
48	CMP	R\$0,15	R\$4.500,00





49	CMP	R\$0,18	R\$1.080,00
50	BNG	R\$5,55	R\$8.325,00
51	FR	R\$8,88	R\$1.776,00
52	FR	R\$7,39	R\$11.085,00
53	FR	R\$5,81	R\$8.715,00
54	CMP	R\$0,24	R\$9.600,00
55	CMP	R\$0,26	R\$52.000,00
56	FR	R\$3,27	R\$4.905,00
57	CMP	R\$0,42	R\$12.600,00
58	CMP	R\$0,14	R\$4.200,00
59	CMP	R\$0,51	R\$5.100,00
60	CMP	R\$0,25	R\$12.500,00
61	CMP	R\$0,34	R\$5.100,00
62	CMP	R\$0,24	R\$6.000,00
63	CAPSULA	R\$0,52	R\$2.080,00
64	CMP	R\$0,36	R\$32.400,00
65	CMP	R\$2,43	R\$4.860,00
66	CMP	R\$0,09	R\$2.700,00
67	CMP	R\$0,13	R\$7.800,00
68	CMP	R\$0,61	R\$97.600,00
69	CMP	R\$0,56	R\$50.400,00
70	AMP	R\$7,90	R\$3.175,80
71	CMP	R\$0,20	R\$4.000,00
72	CMP	R\$0,10	R\$12.500,00
73	FR	R\$3,09	R\$2.472,00
74	CMP	R\$0,19	R\$5.700,00
75	CMP	R\$0,43	R\$2.580,00
76	CAPSULA	R\$0,76	R\$3.040,00
77	CMP	R\$0,30	R\$600,00
78	FR	R\$7,81	R\$1.562,00
79	CMP	R\$1,80	R\$36.000,00
80	CMP	R\$0,66	R\$3.300,00
81	CMP	R\$0,51	R\$5.100,00
82	CMP	R\$0,41	R\$4.100,00
83	CMP	R\$0,46	R\$5.520,00





84	CMP	R\$0,10	R\$1.440,00
85	FR	R\$5,52	R\$5.520,00
86	CMP	R\$0,24	R\$84.000,00
87	CMP	R\$0,20	R\$12.000,00
88	CMP	R\$0,25	R\$32.500,00
89	CMP	R\$0,58	R\$34.800,00
90	CMP	R\$0,97	R\$29.100,00
91	CMP	R\$0,24	R\$1.920,00
92	CMP	R\$0,65	R\$39.000,00
93	BNG	R\$6,52	R\$2.608,00
94	CMP	R\$0,61	R\$6.100,00
95	BNG	R\$5,54	R\$2.216,00
96	BNG	R\$8,12	R\$3.248,00
97	BNG	R\$5,88	R\$11.760,00
98	CMP	R\$0,20	R\$7.000,00
99	FR	R\$4,97	R\$1.988,00
100	BNG	R\$6,22	R\$3.110,00
101	CAPSULA	R\$0,44	R\$6.160,00
102	CAPSULA	R\$0,59	R\$11.800,00
103	CAPSULA	R\$0,57	R\$11.400,00
104	CAPSULA	R\$0,23	R\$20.700,00
105	CMP	R\$0,57	R\$5.700,00
106	CMP	R\$1,14	R\$11.400,00
107	CMP	R\$1,60	R\$16.000,00
108	FR	R\$3,13	R\$1.878,00
109	CMP	R\$0,15	R\$5.250,00
110	FR	R\$5,99	R\$898,50
111	FR	R\$7,52	R\$1.504,00
112	CMP	R\$0,37	R\$5.550,00
113	FR	R\$6,49	R\$19.470,00
114	CMP	R\$0,36	R\$7.200,00
115	CMP	R\$0,12	R\$3.600,00
116	SACHE	R\$0,98	R\$2.940,00
117	FR	R\$12,60	R\$37.880,00
118	CMP	R\$0,11	R\$12.100,00



119	FR	R\$3,15	R\$1.260,00
120	CMP	R\$0,10	R\$5.000,00
121	CMP	R\$0,14	R\$2.100,00
122	CMP	R\$0,28	R\$2.240,00
123	CMP	R\$0,15	R\$6.000,00
124	FR	R\$2,76	R\$1.104,00

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de medicamentos destinados à Farmácia Básica Municipal visando atender às demandas das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e garantir a continuidade da assistência farmacêutica à população.

9.2. Os medicamentos deverão atender às especificações técnicas estabelecidas, possuir registro válido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e estar em conformidade com as normas sanitárias vigentes, assegurando qualidade, segurança e eficácia.

9.3. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da secretaria municipal de saúde, com entrega no almoxarifado da secretaria municipal de saúde, localizado na rua João Costa, nº 570, bairro João Thomaz, respeitando as condições adequadas de transporte, armazenamento e conservação.

9.4. O objeto caracteriza-se como bem comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos por especificações usuais de mercado, permitindo ampla competitividade entre os fornecedores e garantindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Com a adoção da solução se espera garantir, por meio da contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos da farmácia básica, o abastecimento regular das unidades básicas de saúde (UBS), assegurando a continuidade da assistência farmacêutica à população.

10.2. Espera-se ainda promover maior eficiência na organização dos serviços de saúde, evitar desabastecimento de medicamentos essenciais, melhorar a qualidade do atendimento prestado aos usuários do sistema público de saúde e contribuir para o melhor aproveitamento dos recursos públicos disponíveis.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

11.1. O parcelamento deve ocorrer sempre que for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

11.2. O presente objeto admite parcelamento, razão pela qual a contratação deverá ser realizada com critério de julgamento por item.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS TRATAMENTOS

12.1. A presente contratação não apresenta impactos ambientais significativos, por se tratar do fornecimento de medicamentos destinados à Farmácia Básica para atendimento das unidades de saúde do município. Os resíduos gerados serão acondicionados em recipientes adequados e destinados corretamente, com coleta realizada por empresa responsável pela gestão de resíduos, conforme as diretrizes ambientais e as normas da RDC nº 222/2018 da ANVISA.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

14.1. Não haverá necessidade de contratações correlatas ou interdependentes, sendo a solução apresentada suficiente para satisfação completa da demanda.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. A solução será provida por meio de uma contratação, seja via licitação ou contratação direta, sendo necessária a realização de um procedimento de Registro de Preços, por haver impossibilidade de definição de quantitativos.

15.2. Desta forma, a equipe de planejamento que subscreve este Estudo Técnico Preliminar posiciona-se pela adequação e viabilidade da contratação, nos termos propostos.

16. ANEXOS

16.1. Relatório de controle de estoque e dispensação da Secretaria Municipal de Saúde referente ao ano de 2025 e Pesquisa de Preços.

17. RESPONSÁVEIS

17.1. Sabrina Rodrigues da Costa, Subsecretário de Assistência Farmacêutica.

Irupi/ES, 10 de março de 2026.

Sabrina Rodrigues da Costa
Subsecretário de Assistência Farmacêutica

APROVAÇÃO AUTORIDADE COMPETENTE

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar - ETP, considerando a sua adequação aos requisitos técnicos e à necessidade da Administração. Determino o prosseguimento dos trâmites administrativos para a devida instrução processual, observando-se as normativas aplicáveis.

Hevillyn Eduarda Furtado Silva de Oliveira
Secretária de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI
Secretaria Municipal de Saúde
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Transferência de Medicamentos no Período de 01/01/2025 à 31/12/2025

Código - Medicamento	Un Medida	Quantidade
607 - ABAIXADOR DE LINGUA PACOTE COM 100 UNIDADES (ESF/PA)	PC	34,00
1000001265 - ABRIDOR DE GESSO HENNINGS 27CM (RAIO-X)	UN	1,00
1000001266 - ABRIDOR DE GESSO WOLF 24CM (RAIO-X)	UN	1,00
1000000712 - ÁGUA OXIGENADA VOL.10 COM 1L	UN	66,00
615 - AGULHA HIPODÉRMICA 13 X 0,45MM	UN	1.370,00
599 - AGULHA HIPODÉRMICA 20 X 0,55MM	UN	2.300,00
598 - AGULHA HIPODÉRMICA 25 X 0,70MM	UN	4.180,00
618 - AGULHA HIPODÉRMICA 25 X 0,80MM	UN	4.695,00
1000000715 - AGULHA HIPODÉRMICA 30 X 0,70MM	UN	4.900,00
613 - AGULHA HIPODÉRMICA 40 X 1,20MM	UN	24.399,00
388 - ALCOOL 70% SOL. 1L	FR	458,00
595 - ALGODAO 500 GRAMAS	UN	100,00
621 - ALMOTOLIA BICO RETO 250ML TRANSPARENTE	UN	10,00
622 - ALMOTOLIA BICO RETO 500ML TRANSPARENTE	UN	11,00
1000000851 - AMBU RESSUSCITADOR MANUAL SILICONE ADULTO	UN	1,00
1000000719 - APARELHO DE PRESSÃO ADULTO COM ESTETOSCOPIO	UN	9,00
1000001002 - APARELHO DE PRESSAO INFANTIL	OU	1,00
1000001015 - APARELHO DE PRESSAO OBESO	UN	1,00
577 - ATADURA 10 CM X 1,8 METROS	UN	7.060,00
575 - ATADURA 15 CM X 1,8 METROS	UN	3.562,00
576 - ATADURA 20 CM X 1,8 METROS	UN	2.803,00
1000001194 - ATADURA DE ALGODÃO 10CM PCT C/ 12 UND (RAIO X)	OU	136,00
1000001273 - ATADURA DE ALGODÃO 15CM PCT C/ 12 UND (RAIO X)	UN	108,00
1000001193 - ATADURA DE ALGODÃO 20CM PCT C/ 12 UND (RAIO X)	OU	137,00
1000001274 - ATADURA GESSADA 06CM (RAIO-X)	OU	124,00
1000001206 - ATADURA GESSADA 10CM (RAIO-X)	ROL	102,00
1000001205 - ATADURA GESSADA 15CM (RAIO-X)	ROL	171,00
1000001214 - ATADURA GESSADA 20CM (RAIO-X)	ROL	100,00
609 - AVENTAL MANGA LONGA DESCARTAVEL PCT/10	PC	5,00
1000000721 - BOLSA COLETORA DE URINA SF	UN	124,00
1000001017 - BOMBA DE INFUSÃO	UN	1,00
652 - CABO PARA BISTURI Nº. 7	UN	2,00
1000000983 - CAMPO CIRURGICO ESTERIL FENESTRADO 50X50CM	UN	14,00
1000001312 - CANULA DE GUEDEL Nº0 (PRETO)	UN	1,00
1000001311 - CANULA DE GUEDEL Nº00 (AZUL)	UN	1,00
1000001314 - CANULA DE GUEDEL Nº000 (BRANCO)	OU	1,00
1000001313 - CANULA DE GUEDEL Nº01 (BRANCO)	UN	1,00
1000001308 - CANULA DE GUEDEL Nº02 (VERDE)	UN	1,00
1000001310 - CANULA DE GUEDEL Nº03 (AMARELO)	UN	1,00
1000001309 - CANULA DE GUEDEL Nº04 (LARANJA)	UN	1,00
1000001306 - CANULA DE GUEDEL Nº06 (ROXO)	UN	1,00
1000000723 - CATETER INTRAVENOSO Nº.14	UN	100,00
1000000722 - CATETER INTRAVENOSO Nº.16	UN	200,00
1000000724 - CATETER INTRAVENOSO Nº.18	UN	190,00
1000000725 - CATETER INTRAVENOSO Nº.20	UN	850,00
1000000726 - CATETER INTRAVENOSO Nº.22	UN	7.857,00
1000000727 - CATETER INTRAVENOSO Nº.24	UN	5.750,00
1000000728 - CATETER NASAL TIPO ÓCULOS ADULTO	UN	260,00
1000000966 - CATETER NASAL TIPO ÓCULOS INFANTIL	UN	55,00
1000001362 - CATETER VENOSO CENTRAL DUPLO LUMEM 4FRX130 MM	UN	1,00
1000001361 - CATETER VENOSO CENTRAL DUPLO LUMEM 5FRX130 MM	UN	1,00
1000001247 - CATETER VENOSO CENTRAL DUPLO LUMEM 7FRX200 MM	UN	6,00
1000001029 - CLAMP UMBILICAL	UN	30,00
1000000955 - CLOREXIDINA 0,5% ALCOOLICA 1L	L	8,00
1000000956 - CLOREXIDINA 2% DEGERMANTE 1L	L	11,00
1000000736 - COLAR CERVICAL RESGATE M	UN	4,00
1000000737 - COLAR CERVICAL RESGATE P	UN	1,00
1000000967 - COLETOR DE URINA INFANTIL UNISSEX 100ML PCT 10UND	UN	15,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI
Secretaria Municipal de Saúde
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Transferência de Medicamentos no Período de 01/01/2025 à 31/12/2025

Código - Medicamento	Un Medida	Quantidade
1000000740 - COMPRESSA CIRÚRGICA CAMPO OPERATÓRIO 25CM X 28CM PCT 5 UND	PC	165,00
1000000972 - COMPRESSA COM EMULSÃO DE PETROLATUM	UN	5,00
1000000957 - COMPRESSA DE GAZE ESTERIL 7,5CMX7,5CM PCT C/10UND	PC	28.126,00
634 - CUBA RIM EM AÇO INOX 26X12CM	UN	1,00
1000001263 - CURATIVO DE ALGINATO DE CALCIO COM PRATA 10X10CM	UN	11,00
484 - DESCARPACK 13 LITROS COLETOR PERFUROCORTEANTE	UN	58,00
495 - DESCARPACK 20 LITROS COLETOR PERFUROCORTEANTE	UN	176,00
525 - DESINFETANTE - TIPO GERMI RIO 1L	FR	20,00
1000001326 - DESINFETANTE - TIPO GERMI RIO 5L (GALÃO)	GL	4,00
1000001325 - DESINFETANTE - TIPO GERMI RIO 750ML (SPRAY)	FR	3,00
1000001208 - DETERGENTE ENZIMATICO (PA)	OU	3,00
1000001282 - DRENO TORACICO PVC Nº24	UN	1,00
1000001281 - DRENO TORACICO PVC Nº28	UN	1,00
1000001283 - DRENO TORACICO PVC Nº32	UN	1,00
1000000742 - ELETRODO DESCARTAVEL ECG	UN	5.750,00
1000000842 - EQUIPO BOMBA PARA INFUSAO	UN	53,00
1000001199 - EQUIPO DE INFUSAO MACRO FOTOSSENSIVEL	UN	18,00
554 - EQUIPO MACROGOTAS COMPLETO	UN	10.817,00
1000000970 - ESPAÇADOR INFANTIL E ADULTO	UN	6,00
564 - ESPARADRAPO 10CM X 4,5 METROS	ROL	267,00
1000000743 - ESPARADRAPO 5CM X 4,5 METROS	ROL	82,00
666 - ETER ALCOOLIZADO 1L	UN	1,00
1000000744 - EXTENSOR MULTIVIAS - 2 VIAS DE INFUSÃO COM CLAMP	UN	2.268,00
1000000745 - FIO DE NYLON Nº0,0	UN	48,00
537 - FIO DE NYLON Nº2,0	UN	44,00
536 - FIO DE NYLON Nº3,0	UN	408,00
535 - FIO DE NYLON Nº4,0	UN	60,00
538 - FIO DE NYLON Nº5,0	UN	108,00
1000000996 - FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES Nº3,0	UN	24,00
1000001249 - FIO GUIA BOUGIE 10FR	UN	4,00
1000001250 - FIO GUIA BOUGIE 15FR	UN	4,00
1000001248 - FIO GUIA BOUGIE 6FR	UN	4,00
594 - FITA ADESIVA HOSPITALAR 18MM X 50 METROS	UN	198,00
1000000748 - FITA MICROPORE 25MM X 10 METROS	ROL	227,00
1000001166 - FIXADOR CELULAR/CITOLOGICO 100ML	OU	3,00
1000001328 - FRASCO PARA NUTRICAÇÃO 300ML	OU	30,00
632 - GEL PARA ULTRASSOM GALAO 5L	UN	2,00
1000001151 - INDICADOR QUIMICO CLASSE 5 PCT C/ 250UND	OU	1,00
1000001275 - INTEGRADOR QUIMICO CLASSE 5 VAP/PAC COM 250UND	PC	2,00
1000000749 - IODOPOVIDONA DEGERMANTE 1L	L	6,00
1000000750 - IODOPOVIDONA TÓPICO 1L	L	8,00
572 - KIT ESPECULO M	UN	203,00
571 - KIT ESPECULO P	UN	194,00
540 - LAMINA DE BISTURI Nº11	UN	220,00
541 - LAMINA DE BISTURI Nº15	UN	101,00
1000000755 - LAMINA DE BISTURI Nº21	UN	114,00
542 - LAMINA DE BISTURI Nº24	UN	100,00
1000000849 - LAMINA MD DE LARINGOSCOPIO CONVENCIONAL MACINTOSH 1	UN	1,00
1000000846 - LAMINA MD DE LARINGOSCOPIO CONVENCIONAL MILLER 2	UN	1,00
1000001042 - LAMPADA PARA LARINGOSCOPIO	UN	9,00
1000000756 - LANCETAS PARA GLICEMIA	UN	32.500,00
1000001215 - LARINGOSCOPIO ADULTO	UN	1,00
1000001077 - LARINGOSCOPIO INFANTIL	UN	1,00
1000001133 - LENCOL DESC C/ELASTICO 200CM X 90CM	PC	104,00
1000000868 - LUVA CIRURGICA ESTERIL 6.5	PAR	191,00
660 - LUVA CIRURGICA ESTERIL 7.0	PAR	190,00
662 - LUVA CIRURGICA ESTERIL 7.5	PAR	200,00
658 - LUVA CIRURGICA ESTERIL 8.0	PAR	7,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI
Secretaria Municipal de Saúde
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Transferência de Medicamentos no Período de 01/01/2025 à 31/12/2025

Código - Medicamento	Un Medida	Quantidade
568 - LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO M CX C/100UND	CX	213,00
567 - LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO P CX C/100UND	CX	228,00
1000001302 - LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO PP CX C/100UND	CX	3,00
685 - LUVA MULTIUSO LÁTEX TAM. G (LIMPEZA)	PAR	13,00
686 - LUVA MULTIUSO LATEX TAM. M (LIMPEZA)	PAR	54,00
1000001270 - MALHA TUBULAR 10CM X 15 MT (RAIO-X)	ROL	31,00
1000001195 - MALHA TUBULAR 15CM X15 MT (RAIO-X)	ROL	7,00
1000001269 - MALHA TUBULAR 20CM X 15 MT (RAIO-X)	ROL	20,00
1000001292 - MALHA TUBULAR 6CM X 15 MT (RAIO-X)	ROL	12,00
1000001050 - MANTA TERMICA 2,10M X 1,40M	OU	45,00
616 - MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL CX/50 UND	CX	42,00
560 - MASCARA N95	UN	21,00
1000001276 - NALOXONA,CLORIDRATO 0,4MG/ML - 1 ML (PA)	IJ	60,00
1000000769 - OLEO CICATRIZANTE (GIRASSOL)200ML	FR	121,00
1000000843 - OXIMETRO DE DEDO	UN	5,00
672 - PAPEL LENÇOL 50CM X 50 METROS	ROL	47,00
387 - PAPEL TOALHA PACOTE C/1000 FOLHAS	PC	420,00
1000001138 - PINCA POZZI N°24	UN	1,00
483 - SABONETE LIQUIDO GALAO 5L	UN	8,00
498 - SACO DE LIXO BRANCO 100 LITROS PCT COM 100UND	PC	20,00
490 - SACO DE LIXO BRANCO 50 LITROS PCT COM 100 UND	UN	106,00
1000001322 - SACO HAMPER VERMELHO 120 L C/50 UN	OU	3,00
1000001303 - SACO PARA PIPOCA PCT C/500UND	OU	8,00
1000000993 - SACOLA TRANSPARENTE 30CM X 40 CM ROLO C/500UND	ROL	5,00
1000000776 - SCALP N°21	UN	415,00
1000000777 - SCALP N°23	UN	2.413,00
1000000778 - SCALP N°25	UN	231,00
1000000779 - SCALP N°27	UN	100,00
988 - SERINGA DE 1 ML COM AGULHA	UN	2.080,00
604 - SERINGA DE 10 ML SEM AGULHA	UN	10.337,00
603 - SERINGA DE 20 ML SEM AGULHA	UN	10.357,00
1000001085 - SERINGA DE 3 ML COM AGULHA	OU	20,00
582 - SERINGA DE 3 ML SEM AGULHA	UN	4.523,00
612 - SERINGA DE 5 ML SEM AGULHA	UN	10.530,00
1000001284 - SISTEMA P/DRENAGEM MEDIASTINO 2000ML	UN	3,00
1000000788 - SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL C/VALVULA N°04	UN	14,00
1000001198 - SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL C/VALVULA N°06	UN	10,00
1000000783 - SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL C/VALVULA N°08	UN	12,00
1000001127 - SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL C/VALVULA N°10	UN	10,00
1000000785 - SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL C/VALVULA N°12	UN	18,00
1000000786 - SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL C/VALVULA N°14	UN	10,00
1000001170 - SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL C/VALVULA N°16	UN	15,00
1000001126 - SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL C/VALVULA N°18	UN	16,00
1000000855 - SONDA FOLEY 2 VIAS N°10	UN	20,00
1000000856 - SONDA FOLEY 2 VIAS N°12	UN	50,00
1000000857 - SONDA FOLEY 2 VIAS N°14	UN	10,00
1000000858 - SONDA FOLEY 2 VIAS N°16	UN	101,00
1000000859 - SONDA FOLEY 2 VIAS N°18	UN	10,00
1000000860 - SONDA FOLEY 2 VIAS N°20	UN	29,00
1000000861 - SONDA FOLEY 2 VIAS N°22	UN	20,00
1000000793 - SONDA NASOGASTRICA CURTA N° 06	UN	13,00
1000000792 - SONDA NASOGASTRICA CURTA N°04	UN	9,00
1000000794 - SONDA NASOGASTRICA CURTA N°08	UN	9,00
1000000797 - SONDA NASOGASTRICA CURTA N°10	UN	8,00
1000000798 - SONDA NASOGASTRICA CURTA N°12	UN	6,00
1000000799 - SONDA NASOGASTRICA CURTA N°14	UN	16,00
1000000800 - SONDA NASOGASTRICA CURTA N°16	UN	7,00
1000000801 - SONDA NASOGASTRICA CURTA N°18	UN	15,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI
Secretaria Municipal de Saúde
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Transferência de Medicamentos no Período de 01/01/2025 à 31/12/2025

Código - Medicamento	Un Medida	Quantidade
1000000802 - SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº20	UN	11,00
1000000803 - SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº04	UN	12,00
1000000804 - SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº06	UN	16,00
1000000805 - SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº08	UN	15,00
1000000806 - SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº10	UN	16,00
1000000807 - SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº12	UN	16,00
1000000808 - SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº14	UN	12,00
1000000809 - SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº16	UN	17,00
1000000810 - SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº18	UN	23,00
1000000811 - SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº20	UN	11,00
1000000812 - SONDA URETRAL Nº06	UN	440,00
1000000813 - SONDA URETRAL Nº08	UN	30,00
1000000814 - SONDA URETRAL Nº10	UN	441,00
1000000815 - SONDA URETRAL Nº12	UN	3.576,00
1000000816 - SONDA URETRAL Nº14	UN	30,00
1000000817 - SONDA URETRAL Nº16	UN	30,00
1000000820 - TALA DE PAPELÃO 30 CM X 20 CM	UN	15,00
1000000824 - TALA DE PAPELÃO 70 CM X 20 CM	UN	15,00
631 - TALA METALICA PARA IMOBILIZAÇÃO 16 MM X 250MM PAC.12 UNIDADES	PC	2,00
1000001267 - TALA METALICA PARA IMOBILIZAÇÃO 16MM X 180MM PAC.12 UNIDADES	PC	4,00
1000001268 - TALA METALICA PARA IMOBILIZAÇÃO 26 MM X 250MM PAC.12 UNIDADES	PC	2,00
545 - TERMOMETRO CLINICO DIGITAL	UN	10,00
991 - TERMOMETRO DIGITAL TEMPERATURA INTERNA/ EXTERNA	UN	2,00
1000001139 - TESTE COVID-19	OU	4,00
1000001358 - TIAMINA 100MG/ML IV/IM	IJ	100,00
1000000826 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº3,0	UN	9,00
1000000827 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº4,0	UN	6,00
1000000828 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº5,0	UN	9,00
1000000829 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº5,5	UN	26,00
1000000830 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº6,0	UN	14,00
1000000831 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº6,5	UN	5,00
1000000832 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº7,0	UN	10,00
1000000833 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº7,5	UN	33,00
1000000834 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº8,0	UN	21,00
1000000835 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº8,5	UN	6,00
1000000836 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº9,0	UN	16,00
1000000837 - TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº9,5	UN	14,00
1000000969 - TUBO ENDOTRAQUEAL SEM BALÃO Nº2,0	UN	3,00
1000000841 - VASELINA LIQUIDA 1L	L	6,00
1000001210 - ACETATO DE RETINOL 10.000UI/G+AMINOACIDOS 25MG/G+METIONINA 5MG/G+CLORANFENICOL 5MG/G (PA)	PO	3,00
342 - ACICLOVIR 200MG COMP.(FARMÁCIA BÁSICA)	CP	4.650,00
371 - ACICLOVIR CREME 50MG/G (FARMÁCIA BÁSICA) COM 10G	CR	103,00
1 - ACIDO ACETILSALICILICO 100MG COMP. (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	29.090,00
1000000994 - ACIDO ASCORBICO 100MG/ML AMPOLA 5 ML-INJETÁVEL (PA)	IJ	813,00
69 - ACIDO FOLICO 5MG (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	12.760,00
373 - ACIDO TRANEXAMICO 5% 50MG/ML AMPOLA 5 ML-INJETÁVEL (PA)	IJ	340,00
389 - ACIDO VALPROÍCO 250MG COMPRIMIDO (SAÚDE MENTAL)	CP	9.100,00
252 - ACIDO VALPROICO 500MG COMPRIMIDO (SAÚDE MENTAL)	CP	11.950,00
1000000770 - ADENOSINA 3MG/ML AMPOLA 2 ML-INJETÁVEL (PA)	IJ	75,00
1000000524 - AGUA DESTILADA COM 10 ML- INJETAVEL (PA)	IJ	19.060,00
249 - ALBENDAZOL 400MG COMPRIMIDO (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	650,00
286 - ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO (FARMÁCIA BÁSICA)	SO	291,00
3 - ALOPURINOL 100MG COMPRIMIDO (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	6.685,00
110 - AMBROXOL 15MG/5ML XP (FARMÁCIA BÁSICA)	SO	10,00
121 - AMBROXOL 30MG/5ML XP (FARMÁCIA BÁSICA)	SO	382,00
170 - AMINOFILINA 24 MG/ML AMPOLA 10 ML SOL. INJETÁVEL (PA)	SÇ	30,00
1000000527 - AMIODARONA 50MG/ML AMPOLA 3 ML INJETAVEL (PA)	IJ	95,00
122 - AMITRIPTILINA 25MG COMPRIMIDO (SAÚDE MENTAL)	CP	41.320,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI
Secretaria Municipal de Saúde
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Transferência de Medicamentos no Período de 01/01/2025 à 31/12/2025

Código - Medicamento	Un Medida	Quantidade
4 - AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO (FARMÁCIA BÁSICA)	SO	741,00
367 - AMOXICILINA + CLAVULANATO 250MG + 62,5MG/5ML SUSPENSAO (FARMÁCIA BÁSICA)	SO	323,00
381 - AMOXICILINA + CLAVULANATO 500MG/125MG COMPRIMIDO (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	11.862,00
5 - AMOXICILINA 500MG COMPRIMIDO (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	13.996,00
337 - ANLIDIPINO 5MG (FARMACIA BASICA)	CP	41.440,00
76 - ATENOLOL 50MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	12.180,00
207 - ATROPINA 0,25MG/ML AMPOLA 1 ML INJETÁVEL (PA)	IJ	110,00
312 - AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO (FARMACIA BASICA)	SO	334,00
343 - AZITROMICINA 500MG COMPRIMIDO (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	4.330,00
1000001228 - BECLOMETASONA DIPROPIONATO 50 MCG (ORAL) 10ML	AE	30,00
85 - BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 250 MCG ORAL SPRAY 200 DOSES (FARMACIA BASICA)	SÇ	257,00
7 - BENZILPENICILINA 1.200.000UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJ. (PA)	FA	1.110,00
285 - BETA-LONG (ACETATO BETAMETASONA 3MG/ML + FOSFATO DISSODICO BETAMETASONA 3MG/ML) (PA)	IJ	120,00
123 - BIPERIDENO 2MG COMPRIMIDO (SAUDE MENTAL)	CP	10.900,00
426 - BROMOPRIDA 10MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	7.700,00
428 - BROMOPRIDA 4MG/ML GOTAS (FARMACIA BASICA)	SÇ	176,00
172 - BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA 2 ML -INJETÁVEL (PA)	SÇ	1.024,00
1000000951 - BUDESONIDA 50MCG/DOSE (FARMACIA BASICA)	FR	289,00
62 - CAPTOPRIL 25MG COMPRIMIDO (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	24.440,00
10 - CARBAMAZEPINA 200MG COMPRIMIDO (SAUDE MENTAL)	CP	30.110,00
306 - CARBONATO DE CALCIO+COLECALCIFEROL 500 MG+ 400 UI (FARMACIA BASICA)	RV	15.495,00
125 - CARBONATO DE LITIO 300MG COMPRIMIDO (SAUDE MENTAL)	CP	21.600,00
1000000976 - CARVAO ATIVADO PÓ 25G	FR	47,00
258 - CARVEDILOL 25MG COMPRIMIDO (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	5.580,00
271 - CARVEDILOL 3,125MG COMPRIMIDO (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	6.300,00
11 - CEFALEXINA 50 MG/ML SUSPENSÃO (FARMACIA BASICA)	SO	410,00
12 - CEFALEXINA 500 MG (FARMACIA BASICA)	CP	12.050,00
1000000543 - CEFALOTINA SODICA 1G/ML INJETAVEL (PA)	FA	150,00
1000001212 - CEFTRIAXONA 1 G/M - VIA IM	FR	345,00
1000000545 - CEFTRIAXONA 1G/ML - VIA EV	FR	2.305,00
1000000873 - CETOPROFENO 100MG/ML EV (PA)	IJ	1.848,00
1000000546 - CETOPROFENO 50MG/ML IM (PA)	IJ	741,00
177 - CIMETIDINA 150MG/ML AMPOLA 2 ML INJETÁVEL (PA)	IJ	210,00
1000000988 - CIMETIDINA 200MG (FARMACIA BÁSICA)	CP	200,00
1000001253 - CINARIZINA 75MG (FARMACIA BASICA)	CP	1.080,00
1000001231 - CIPROFIBRATO 100MG (FARMACIA BASICA)	UN	7.600,00
250 - CIPROFLOXACINA 500MG COMPRIMIDO (FARMÁCIA BÁSICA)	RV	3.765,00
453 - CLARITROMICINA 500MG COMPRIMIDO (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	1.080,00
153 - CLOMIPRAMINA 25MG COMPRIMIDO (SAÚDE MENTAL)	CP	7.700,00
128 - CLONAZEPAM 0,5 MG CP (SAÚDE MENTAL)	CP	16.400,00
129 - CLONAZEPAM 2,0 MG (SAÚDE MENTAL)	CP	81.810,00
311 - CLONAZEPAM 2,5 MG/ML GOTAS (SAUDE MENTAL)	SÇ	374,00
1000000921 - CLOPIDOGREL 75MG (PA)	CP	3.706,00
1000000551 - CLORETO DE POTASSIO 10% AMPOLA 10 ML INJETÁVEL (PA)	IJ	130,00
1000001209 - CLORETO DE SODIO 20%(PA)	IJ	140,00
132 - CLORPROMAZINA 100MG COMPRIMIDO (SAÚDE MENTAL)	CP	7.800,00
130 - CLORPROMAZINA 25MG COMPRIMIDO (SAÚDE MENTAL)	CP	6.530,00
152 - CLORPROMAZINA 5MG/ML - INJETAVEL (PA)	IJ	35,00
372 - COLAGENASE POMADA 30G (PA/PSF)	PD	66,00
1000001213 - COLECALCIFEROL 200UI (FARMACIA BASICA)	SÇ	200,00
195 - COMPLEXO B AMPOLA 2ML - INJETÁVEL	IJ	1.631,00
60 - COMPLEXO B COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	OU	10.075,00
1000000971 - CURATEC GEL COM PHMB	GL	29,00
1000000991 - CURATIVO DE FIBRA DE ALGINATO DE CALCIO 10 X10CM	UN	3,00
1000000989 - CURATIVO HIDROCOLOIDE EXTRA FINO 20 X 20	UN	25,00
149 - DECANOATO DE HALOPERIDOL 70,52 MG/ML (EQUIVALENTE A 50MG/ML) AMPOLA 1 ML INJETÁVEL (SAÚDE MENTAL)	IJ	213,00
1000000995 - DESLANOSIDEO 0,2MG/ML AMPOLA 2 ML-INJETÁVEL	IJ	94,00
298 - DEXAMETASONA 0,1% COLÍRIO (FARMACIA BASICA)	S	7,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI
Secretaria Municipal de Saúde
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Transferência de Medicamentos no Período de 01/01/2025 à 31/12/2025

Código - Medicamento	Un Medida	Quantidade
179 - DEXAMETASONA 2 MG/ML AMPOLA 1 ML- INJETÁVEL (PA)	IJ	1.490,00
269 - DEXAMETASONA 4MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	1.030,00
1000000874 - DEXAMETASONA 4MG/ML AMPOLA 2,5 ML - INJETÁVEL (PA)	IJ	2.728,00
15 - DEXAMETASONA CREME 1 MG/G (0,1%) (FARMACIA BASICA)	CR	249,00
119 - DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG/ML XAROPE (FARMACIA BASICA)	SO	553,00
148 - DIAZEPAM 10MG/2ML AMPOLA 2 ML- INJETÁVEL (PA)	SÇ	261,00
134 - DIAZEPAN 10MG COMPRIMIDO (SAÚDE MENTAL)	CP	20.210,00
236 - DICLOFENACO DE SÓDIO 25MG/ML AMPOLA 3 ML-INJETÁVEL (PA)	IJ	2.490,00
120 - DIPIRONA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 10 ML.	SÇ	34,00
136 - DIPIRONA 500MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	78.960,00
214 - DIPIRONA 500MG/ML AMPOLA 2 M L-INJETÁVEL (PA)	IJ	6.691,00
1000001359 - DIPIRONA 500MG/ML GOTAS COM 10ML (FARMACIA BASICA)	GT	94,00
1000000911 - DIPIRONA 500MG/ML GOTAS COM 20ML (FARMACIA BASICA)	SÇ	484,00
1000000555 - DOBUTAMINA 12,5MG/ML AMPOLA 20 ML- INJETÁVEL (PA)	IJ	2,00
402 - DOMPERIDONA 10MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	20.751,00
1000000557 - DOPAMINA, CLORIDRATO 5MG/ML AMPOLA 10 ML - INJETÁVEL	IJ	50,00
1000001109 - DRAMIN B6(DIMENID. 3MG/ML+PIRIDOXINA 5MG/ML +GLICOSE 100MG/ML FRUTOSE 100MG/ML AMPOLA 10 ML EV)	IJ	332,00
275 - ENALAPRIL 20MG COMPRIMIDO (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	16.740,00
1000001352 - ENOXAPARINA SÓD 40 MG/0,4 ML SOL INJ/ SC,IV (SERINGA PREENCHIDA) (PA)	SI	30,00
1000000565 - EPINEFRINA 1MG/ML (ADRENALINA) AMPOLA 1 ML- INJETÁVEL (PA)	IJ	225,00
1000001003 - ESCOPOLAMINA + DIPIRONA COMPRIMIDO (BUSCOPAN COMPOSTO) 10+250MG	CP	9.820,00
375 - ESCOPOLAMINA 20MG/ML (BUSCOPAN SIMPLES) AMPOLA 1 ML (PA)	IJ	374,00
182 - ESCOPOLAMINA 4MG/ML+ DIPIRONA 500MG/ML (BUSCOPAN COMPOSTO) AMPOLA 5 ML(PA)	IJ	2.234,00
19 - ESPIRONOLACTONA 25MG COMPRIMIDO (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	28.980,00
201 - ETILEFRINA,CLORIDRATO 10MG/ML PA	SÇ	10,00
1000000566 - ETOMIDATO 2MG/ML AMPOLA 10 ML-INJETÁVEL (PA)	IJ	70,00
1000000567 - FENITOINA 50MG/ML AMPOLA 5 ML - INJETÁVEL (PA)	IJ	159,00
20 - FENITOINA, SÓDICA 100MG (SAUDE MENTAL)	CP	5.930,00
150 - FENOBARBITAL 100 MG/ML AMPOLA 2 ML- INJETÁVEL (PA)	IJ	165,00
22 - FENOBARBITAL 100MG (SAUDE MENTAL)	CP	11.320,00
1000000568 - FENTANILA 50MCG/ML AMPOLA 10ML	IJ	190,00
1000001165 - FENTANILA 50MCG/ML AMPOLA 2ML	IJ	50,00
1000000569 - FITOMENADIONA10MG/ML (PA)	IJ	50,00
1000000571 - FLEET ENEMA (FOSFATO DE SODIO MONOBASICO 160MG/ML + BIBASICO 60MG/ML) (PA PSE)	FR	78,00
23 - FLUCONAZOL 150MG (FARMACIA BASICA)	CP	1.083,00
1000000570 - FLUMAZENIL 0,1MG/ML AMPOLA 5 ML -INJETÁVEL (PA)	IJ	35,00
1000001101 - FLUOCINOLONA ACETONIDA+POLIMI+NEOMI+LIDOCAINA	FR	34,00
143 - FLUOXETINA 20MG COMPRIMIDO (SAÚDE MENTAL)	CP	33.766,00
185 - FUROSEMIDA 10MG/ML AMPOLA 2 ML- INJETÁVEL (PA)	IJ	416,00
24 - FUROSEMIDA 40MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	16.680,00
71 - GLIBENCLAMIDA 5MG COMPRIMIDO (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	27.270,00
1000000520 - GLICLAZIDA 30MG LIBERAÇÃO PROLONGADA COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	49.750,00
1000001111 - GLICONATO DE CALCIO 10% AMPOLA 10 ML-INJETÁVEL	IJ	20,00
187 - GLICOSE 25% - INJETÁVEL 10 ML (PA)	IJ	255,00
1000000526 - GLICOSE 50% - INJETÁVEL 10 ML (PA)	IJ	229,00
26 - HALOPERIDOL 5MG COMPRIMIDO (SAÚDE MENTAL)	CP	13.670,00
1000000528 - HALOPERIDOL 5MG/ML AMPOLA 1 ML - INJETÁVEL (PA)	IJ	61,00
1000000533 - HEPARINA 5.000UI/0,25ML AMPOLA 0,25 ML- INJETÁVEL (PA)	IJ	180,00
1000000532 - HIDRALAZINA 20MG/ML AMPOLA 1 ML - INJETÁVEL	IJ	70,00
63 - HIDROCLOROTIAZIDA 25MG COMPRIMIDO (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	85.410,00
1000000536 - HIDROCORTISONA 100MG INJETÁVEL (PA)	FA	376,00
1000000544 - HIDROCORTISONA 500 MG INJETÁVEL (PA)	FA	944,00
1000000547 - HIDROGEL COM ALGINATO 85G (PA/PSF)	BS	95,00
1000001216 - IBUPROFENO 100MG/ML FRASCO 20ML	SO	672,00
382 - IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	17.660,00
1000000515 - IMIPRAMINA 25MG COMPRIMIDO (SAUDE MENTAL)	CP	3.200,00
452 - IPRATRÓPIO 0,25 MG/ML FRASCO (PA)	FR	91,00
77 - ISOSSORBIDA DINITRATO SUBLINGUAL 5MG	CP	120,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI
Secretaria Municipal de Saúde
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Transferência de Medicamentos no Período de 01/01/2025 à 31/12/2025

Código - Medicamento	Un Medida	Quantidade
1000001271 - ITRACONAZOL 100MG	CP	20,00
358 - IVERMECTINA 6MG COMPRIMIDO (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	168,00
302 - LEVODOPA 200MG + BENSERAZIDA 50MG (FARMACIA BASICA)	CP	10.440,00
1000001092 - LEVOFLOXACINO 500MG (FARMACIA BASICA)	CP	2.290,00
289 - LEVOTIROXINA 100MCG COMPRIMIDO (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	6.350,00
260 - LEVOTIROXINA 25MCG COMPRIMIDO (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	7.025,00
262 - LEVOTIROXINA 50MCG COMPRIMIDO (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	7.050,00
296 - LIDOCAÍNA 2% SEM VASOCONSTRITOR COM 20ML	SÇ	186,00
1000001189 - LIDOCAÍNA 2% + EPINEFRINA 0,005MG/ML C/V 20ML	IJ	15,00
1000000553 - LIDOCAÍNA 2% 20MG/G COM 30G - GEL (PA/PSF)	GL	144,00
32 - LORATADINA 10MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	9.292,00
31 - LORATADINA 1MG/ML SUSPENSÃO 100ML (FARMACIA BASICA)	SÇ	358,00
266 - LOSARTANA 50MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	210.360,00
352 - METFORMINA 500MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	36.300,00
64 - METFORMINA 850 MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	59.310,00
61 - METILDOPA 250MG COMPRIMIDO (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	16.020,00
36 - METOCLOPRAMIDA 10MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	1.800,00
37 - METOCLOPRAMIDA 10MG/ML INJETÁVEL (PA)	SÇ	47,00
246 - METOPROLOL 25MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	22.200,00
1000001264 - METOPROLOL TART.1MG/ML AMP 5 ML (PA)	IJ	35,00
40 - METRONIDAZOL 100 MG/G CREME VAGINAL (FARMACIA BASICA)	CR	239,00
39 - METRONIDAZOL 250MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	9.320,00
38 - METRONIDAZOL 40 MG/ML FRASCO COM 120ML (FARMACIA BASICA)	SO	5,00
242 - MICONAZOL 20 MG/G CREME DERMATOLOGICO (FARMACIA BASICA)	CR	75,00
41 - MICONAZOL 20MG/G CREME VAGINAL (FARMÁCIA BÁSICA)	CR	143,00
1000001296 - MIDAZOLAN 5MG/ML AMPOLA 10 ML - INJETÁVEL (PA)	IJ	230,00
1000000554 - MIDAZOLAN 5MG/ML AMPOLA 3 ML - INJETÁVEL (PA)	IJ	200,00
200 - MORFINA 10MG/ML AMPOLA 1 ML- INJETÁVEL (PA)	IJ	380,00
42 - NEOMICINA + BACITRACINA BISNAGA (FARMACIA BASICA)	PD	481,00
43 - NIFEDIPINO 10 MG (PA)	CP	240,00
405 - NIMESULIDA 100MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	16.880,00
44 - NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO COM 30ML (FARMACIA BASICA)	SO	143,00
1000000538 - NISTATINA CREME VAGINAL60 GR (FARMÁCIA BÁSICA)	CR	154,00
1000000523 - NITROFURANTOINA 100MG (FARMACIA BASICA)	CP	3.698,00
1000000990 - NITROPRUSSETO DE SODIO 25MG/ML	IJ	45,00
1000000556 - NOREPINEFRINA 1MG/ML AMPOLA 4 ML- INJETÁVEL (PA)	IJ	160,00
261 - NORTRIPTILINA 25MG COMPRIMIDO (SAÚDE MENTAL)	CP	13.290,00
1000001381 - NORTRIPTILINA 50MG COMPRIMIDO (SAÚDE MENTAL)	CP	510,00
1000000854 - OFTALMOSCOPIO MD	UN	1,00
354 - OMEPRAZOL 20MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CS	30.240,00
1000000765 - OMEPRAZOL 40MG/ML AMPOLA 10 ML- INJETÁVEL (PA)	FA	492,00
1000000767 - ONDANSETRONA 2MG/ML AMPOLA 4ML (PA)	SÇ	2.799,00
1000001140 - ONDANSETRONA 2MG/ML AMPOLA 2ML (PA)	IJ	75,00
1000000540 - OXCARBAZEPINA 300MG COMPRIMIDO (SAUDE MENTAL)	CP	2.280,00
1000000514 - OXCARBAZEPINA 600MG COMPRIMIDO (SAUDE MENTAL)	CP	4.020,00
45 - PARACETAMOL 200 MG/ML GOTAS (FARMACIA BASICA)	SÇ	340,00
46 - PARACETAMOL 500MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	13.330,00
280 - PERMETRINA 5% LOÇÃO 60ML (FARMACIA BASICA)	LO	58,00
49 - PREDNISOLONA 3 MG/G XAROPE 60 ML	SÇ	596,00
90 - PREDNISONA 20MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	5.140,00
439 - PROMETAZINA 25MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	12.710,00
209 - PROMETAZINA 25MG/ML AMPOLA 2 ML	IJ	696,00
419 - PROPRANOLOL 40MG COMPRIMIDO (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	12.150,00
51 - SAIS PARA REIDRATAÇÃO (FARMACIA BASICA)	EV	1.045,00
103 - SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE AEROSOL (FARMACIA BASICA)	OU	846,00
422 - SERTRALINA 50MG COMPRIMIDO (SAUDE MENTAL)	CP	81.118,00
424 - SIMETICONA EMULSÃO 75MG/ML FRASCO (FARMÁCIA BÁSICA)	CP	347,00
257 - SINVASTATINA 20MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	29.350,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI
Secretaria Municipal de Saúde
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Transferência de Medicamentos no Período de 01/01/2025 à 31/12/2025

Código - Medicamento	Un Medida	Quantidade
308 - SINVASTATINA 40MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	14.675,00
1000001404 - SONDA GASTROSTOMIA COM BALÃO Nº 24	UN	2,00
1000001211 - SORO FISIOLÓGICO 0,9% FLACONETE 10ML (PA)	IJ	1.620,00
1000000560 - SORO FISIOLÓGICO 09% 1000ML - SISTEMA FECHADO (INJETAVEL)	IJ	185,00
1000000561 - SORO FISIOLÓGICO 09% 100ML - SISTEMA FECHADO (INJETAVEL)	IJ	7.183,00
1000000562 - SORO FISIOLÓGICO 09% 250ML - SISTEMA FECHADO (INJETAVEL)	IJ	3.516,00
1000000563 - SORO FISIOLÓGICO 09% 500ML - SISTEMA FECHADO (INJETAVEL)	IJ	2.197,00
1000001037 - SORO FISIOLÓGICO 500ML S/A SISTEMA ABERTO (PA/ESF)	FR	822,00
1000000574 - SORO GLICOSADO 5% 250ML S/F (PA)	IJ	189,00
1000000575 - SORO GLICOSADO 5% 500 ML - SF (INJETAVEL) (PA)	IJ	138,00
1000000576 - SORO MANITOL 20% 250ML - SF (INJETAVEL)	IJ	10,00
197 - SORO RINGER LACTADO 500ML - SF (INJETAVEL)	SÇ	68,00
1000000577 - SORO RINGER SIMPLES 500ML - SF (INJETAVEL)	IJ	40,00
1000000578 - SUCCINILCOLINA 100MG - INJETAVEL (IV/IM)	FA	48,00
1000001251 - SULFADIAZINA DE PRATA 1% 50G	CR	20,00
1000000579 - SULFADIAZINA DE PRATA 30G (FARMACIA BASICA/PA/PSF)	CR	132,00
278 - SULFADIAZINA DE PRATA 400G - POTE	CR	15,00
54 - SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 200 MG+ 40MG/5 ML	SO	40,00
55 - SULFAMETOXAZOL 400MG+TRIMETOPRIMA 80MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	1.320,00
1000000580 - SULFATO DE MAGNESIO 10% INJETAVEL (PA)	UN	35,00
1000000581 - SULFATO DE MAGNESIO 50% AMPOLA 10 ML - INJETÁVEL (PA)	IJ	155,00
88 - SULFATO FERROSO 125 MG/ ML GOTAS (FARMACIA BASICA)	SÇ	88,00
81 - SULFATO FERROSO 40MG COMPRIMIDO (FARMACIA BASICA)	CP	35.210,00
1000001327 - TENOXICAM 40MG IV/IM	IJ	300,00
1000000747 - TIRA DE GLICEMIA CAPILAR	UN	63.550,00
1000001357 - TORNEIRINHA 3 VIAS LUER LOCK	UN	50,00
1000000584 - TRAMADOL 100MG/2 ML AMPOLA 2 ML - INJETÁVEL (PA)	IJ	2.576,00

TOTAL DE ITENS: 433

TOTAL GERAL: 1.952.440,00

Código das Unidade de Origem Selecionadas:
(6)

Código das Unidade de Destino Selecionadas:
(2,3,4,5,6,8,12,13,17)

ID
117434

DATA
30/03/2026

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS

VALOR TOTAL
R\$ 1.394.234,30

OBJETO

MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA

ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	HISTÓRICO DE PREÇOS (ÚLTIMAS CONTRATAÇÕES)	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS)	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CGU - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	CMED	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	Menor Preço por Item / Valor Total	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	MEDIANA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 001	BR0355786 ACETILCISTEÍNA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 40 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: XAROPE	FRASCO 120,00 ML 3.000,00	////	////	8,85	8,47	8,99	7,50	////	9,00	////	7,50 22.500,00	8,56 25.680,00	8,85 26.550,00	14,13%
I 001 002	BR0268370 ACICLOVIR, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 200 MG	COMPRIMIDO 8.000,00	0,15	0,25	0,22	0,21	0,23	////	////	0,25	0,24	0,21 1.680,00	0,23 1.840,00	0,23 1.840,00	9,52%
I 001 003	BR0268375 ACICLOVIR, USO: CREME, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50 MG/G	BISNAGA 10,00 G 400,00	2,19	5,90	////	////	5,31	////	////	6,00	////	5,31 2.124,00	5,74 2.296,00	5,90 2.360,00	8,10%
I 001 004	BR0267502 ÁCIDO ACETILSALICÍLICO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MG	COMPRIMIDO 50.000,00	0,03	0,08	////	////	0,07	0,07	////	0,08	////	0,07 3.500,00	0,08 4.000,00	0,07 3.500,00	14,29%
I 001 005	BR0267503 ÁCIDO FÓLICO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5 MG	COMPRIMIDO 40.000,00	0,04	0,08	0,07	0,08	0,08	////	////	0,08	0,07	0,07 2.800,00	0,08 3.200,00	0,08 3.200,00	14,29%
I 001 006	BR0267504 ÁCIDO VALPRÓICO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 250 MG	COMPRIMIDO 20.000,00	0,31	0,59	////	////	0,59	////	////	0,60	////	0,59 11.800,00	0,59 11.800,00	0,59 11.800,00	0,00%
I 001 007	BR0267505 ÁCIDO VALPRÓICO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500 MG	COMPRIMIDO 20.000,00	0,56	0,80	0,81	////	0,82	////	0,81	0,82	0,82	0,80 16.000,00	0,81 16.200,00	0,82 16.400,00	1,25%
I 001 008	BR0267506 ALBENDAZOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 400 MG	COMPRIMIDO 3.000,00	0,44	0,99	0,96	0,90	0,99	0,97	////	1,00	////	0,90 2.700,00	0,97 2.910,00	0,98 2.940,00	7,78%
I 001 009	BR0267507 ALBENDAZOL, USO: SUSPENSÃO ORAL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 40 MG/ML	FRASCO 10,00 ML 400,00	1,29	3,00	2,94	////	2,99	////	////	3,00	2,82	2,82 1.128,00	2,95 1.180,00	2,99 1.196,00	4,61%



VALOR(ES) RETIRADO(S) POR INCOMPATIBILIDADE(S) DE PREÇO(S)

ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	HISTÓRICO DE PREÇOS (ÚLTIMAS CONTRATAÇÕES)	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS)	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CGU - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	CMED	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	MENOR PREÇO POR ITEM / VALOR TOTAL	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	MEDIANA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 010	BR0267508 ALOPURINOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MG	COMPRIMIDO 12.000,00	0,12	0,25	0,22	0,22	0,23	0,24	0,24	0,25	////	0,22 2.640,00	0,24 2.880,00	0,24 2.880,00	9,09%
I 001 011	BR0284465 ALPRAZOLAM, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 2 MG	COMPRIMIDO 60.000,00	////	0,45	////	////	0,47	////	////	0,50	////	0,45 27.000,00	0,47 28.200,00	0,47 28.200,00	4,44%
I 001 012	BR0267512 AMITRIPTILINA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25 MG	COMPRIMIDO 120.000,00	0,04	0,24	0,25	////	0,20	////	////	0,25	0,20	0,20 24.000,00	0,23 27.600,00	0,24 28.800,00	15,00%
I 001 013	Amoxicilina + clavulanato potassico 250 mg/5 ml+ 62,5 MG/5 ML SUSPENSÃO	FRASCO 600,00	8,90	13,00	12,10	////	12,70	////	11,50	13,00	13,00	11,50 6.900,00	12,55 7.530,00	12,85 7.710,00	9,13%
I 001 014	BR0271217 AMOXICILINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500MG + 125MG, PRINCÍPIO ATIVO: ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO	COMPRIMIDO 10.000,00	0,81	1,76	////	1,65	1,69	////	////	1,80	1,80	1,65 16.500,00	1,74 17.400,00	1,76 17.600,00	5,45%
I 001 015	BR0271089 AMOXICILINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500MG	COMPRIMIDO 15.000,00	0,21	0,80	////	////	0,77	////	////	0,80	////	0,77 11.550,00	0,79 11.850,00	0,80 12.000,00	2,60%
I 001 016	BR0271111 AMOXICILINA, APRESENTAÇÃO: PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50MG/ML	FRASCO 60,00 ML 1.500,00	////	10,26	////	10,79	11,60	////	////	12,00	////	10,26 15.390,00	11,16 16.740,00	11,20 16.800,00	8,77%
I 001 017	BR0272434 ANLODIPINO BESILATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5 MG	COMPRIMIDO 60.000,00	0,03	0,19	0,18	0,19	0,18	////	////	0,20	////	0,18 10.800,00	0,19 11.400,00	0,19 11.400,00	5,56%
I 001 018	BR0267517 ATENOLOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50 MG	COMPRIMIDO 40.000,00	0,05	0,20	0,19	////	0,19	0,18	////	0,20	0,17	0,17 6.800,00	0,19 7.600,00	0,19 7.600,00	11,76%
I 001 019	BR0268949 AZITROMICINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 40 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SUSPENSÃO ORAL	FRASCO 37,50 ML 1.000,00	////	11,95	////	////	10,26	////	////	12,00	11,60	10,26 10.260,00	11,45 11.450,00	11,78 11.780,00	11,60%
I 001 020	BR0267140 AZITROMICINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500 MG	COMPRIMIDO 10.000,00	0,78	0,99	0,94	0,95	0,99	0,97	////	1,00	0,96	0,94 9.400,00	0,97 9.700,00	0,97 9.700,00	3,19%



ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	HISTÓRICO DE PREÇOS (ÚLTIMAS CONTRATAÇÕES)	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS)	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CGU - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	CMED	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	MENOR PREÇO POR ITEM / VALOR TOTAL	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	MEDIANA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 021	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO, AEROSOL INALANTE ORAL (SOLUÇÃO INALANTE) 250 MCG/DOSE	FRASCO 800,00	21,50	27,00	26,90	25,66	26,33	////	26,80	27,00	25,00	25,00 20.000,00	26,38 21.104,00	26,80 21.440,00	5,52%
I 001 022	BR0270140 BIPERIDENO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 2 MG	COMPRIMIDO 20.000,00	0,24	0,28	0,27	0,28	0,28	////	0,28	0,28	0,28	0,27 5.400,00	0,28 5.600,00	0,28 5.600,00	3,70%
I 001 023	BR0269603 BISACODIL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5 MG	COMPRIMIDO 4.000,00	////	0,19	0,22	////	0,22	////	0,22	0,22	0,20	0,19 760,00	0,21 840,00	0,22 880,00	10,53%
I 001 024	BR0269954 BROMOPRIDA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10 MG	COMPRIMIDO 8.000,00	0,15	0,24	////	////	0,25	0,22	////	0,25	0,25	0,22 1.760,00	0,24 1.920,00	0,25 2.000,00	9,09%
I 001 025	BR0269956 BROMOPRIDA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 4 MG/ML, APRESENTAÇÃO: GOTAS	FRASCO 10,00 ML 400,00	1,94	3,18	////	////	3,32	////	3,70	3,80	3,75	3,18 1.272,00	3,55 1.420,00	3,70 1.480,00	11,64%
I 001 026	BR0266701 BUDESONIDA, APRESENTAÇÃO: AEROSOL NASAL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50MCG/DOSE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FRASCO COM VÁLVULA DOSIFICADORA	FRASCO 200,00 DOSE(S) 600,00	16,78	25,70	////	////	24,80	////	24,10	26,49	26,00	24,10 14.460,00	25,42 15.252,00	25,70 15.420,00	5,48%
I 001 027	BR0267613 CAPTOPRIL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25 MG	COMPRIMIDO 60.000,00	0,03	0,08	0,07	////	0,08	0,07	////	0,08	////	0,07 4.200,00	0,08 4.800,00	0,08 4.800,00	14,29%
I 001 028	BR0267618 CARBAMAZEPINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 200 MG	COMPRIMIDO 60.000,00	0,17	0,40	////	////	0,37	////	////	0,40	////	0,37 22.200,00	0,39 23.400,00	0,40 24.000,00	5,41%
I 001 029	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG	CAPSULA 20.000,00	0,05	0,22	////	////	0,25	////	////	0,25	////	0,22 4.400,00	0,24 4.800,00	0,25 5.000,00	9,09%
I 001 030	BR0448610 CARBONATO DE CÁLCIO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO COM VITAMINA D3, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500 MG + 400 UI	COMPRIMIDO 40.000,00	0,05	////	////	////	0,50	////	0,44	0,50	////	0,44 17.600,00	0,48 19.200,00	0,50 20.000,00	9,09%
I 001 031	BR0267621 CARBONATO DE LÍTIU, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 300 MG	COMPRIMIDO 35.000,00	0,19	0,39	////	0,37	0,40	////	0,38	0,40	////	0,37 12.950,00	0,39 13.650,00	0,39 13.650,00	5,41%



ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	HISTÓRICO DE PREÇOS (ÚLTIMAS CONTRATAÇÕES)	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS)	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CGU - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	CMED	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	MENOR PREÇO POR ITEM / VALOR TOTAL	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	MEDIANA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 032	BR0267567 CARVEDILOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25 MG	COMPRIMIDO 20.000,00	0,11	0,23	////	////	0,25	////	0,23	0,25	////	0,23 4.600,00	0,24 4.800,00	0,24 4.800,00	4,35%
I 001 033	BR0267566 CARVEDILOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 3,125 MG	COMPRIMIDO 20.000,00	0,07	0,23	////	////	0,24	////	////	0,25	0,22	0,22 4.400,00	0,24 4.800,00	0,24 4.800,00	9,09%
I 001 034	BR0267625 CEFALEXINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500 MG	COMPRIMIDO 12.000,00	0,50	0,80	////	////	0,80	0,67	////	0,80	0,78	0,67 8.040,00	0,77 9.240,00	0,80 9.600,00	14,93%
I 001 035	BR0331555 CEFALEXINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50 MG/ML, FORMA FARMACÉUTICA: PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL	FRASCO 100,00 ML 1.000,00	////	10,59	10,23	10,10	11,00	11,00	10,40	12,50	////	10,10 10.100,00	10,83 10.830,00	10,59 10.590,00	7,23%
I 001 036	BR0267629 CINARIZINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 75 MG	COMPRIMIDO 10.000,00	0,33	0,50	0,49	0,49	0,49	////	0,47	0,50	0,48	0,47 4.700,00	0,49 4.900,00	0,49 4.900,00	4,26%
I 001 037	BR0308738 CIPROFIBRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MG	COMPRIMIDO 20.000,00	0,25	0,40	////	////	0,39	0,40	////	0,40	0,38	0,38 7.600,00	0,39 7.800,00	0,40 8.000,00	2,63%
I 001 038	BR0267632 CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500 MG	COMPRIMIDO 10.000,00	0,18	0,55	////	////	0,50	0,59	////	0,60	////	0,50 5.000,00	0,56 5.600,00	0,57 5.700,00	12,00%
I 001 039	BR0268439 CLARITROMICINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500 MG	COMPRIMIDO 3.600,00	1,55	1,76	////	////	1,88	1,90	////	1,90	1,80	1,76 6.338,16	1,85 6.660,00	1,88 6.768,00	5,08%
I 001 040	BR0267522 CLOMIPRAMINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25 MG	COMPRIMIDO 15.000,00	0,84	0,94	0,96	0,98	0,96	////	0,90	1,02	0,99	0,84 12.600,00	0,95 14.250,00	0,96 14.400,00	13,10%
I 001 041	BR0270118 CLONAZEPAM, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,5 MG	COMPRIMIDO 20.000,00	0,06	0,18	////	////	0,20	0,18	////	0,24	0,22	0,18 3.600,00	0,20 4.000,00	0,20 4.000,00	11,11%
I 001 042	BR0270120 CLONAZEPAM, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 2,5 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL- GOTAS	FRASCO 20,00 ML 600,00	1,90	3,20	3,08	3,00	3,20	3,15	2,99	3,20	////	2,99 1.794,00	3,12 1.872,00	3,15 1.890,00	4,35%



ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	HISTÓRICO DE PREÇOS (ÚLTIMAS CONTRATAÇÕES)	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS)	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CGU - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	CMED	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	MENOR PREÇO POR ITEM / VALOR TOTAL	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	MEDIANA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 043	BR0270119 CLONAZEPAM, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 2 MG	COMPRIMIDO 90.000,00	0,05	0,38	////	////	0,42	////	////	0,42	////	0,38 34.200,00	0,41 36.900,00	0,42 37.800,00	7,89%
I 001 044	BR0272045 CLOPIDOGREL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 75 MG	COMPRIMIDO 20.000,00	////	0,79	////	0,70	0,78	0,72	0,72	0,80	0,75	0,70 14.000,00	0,75 15.000,00	0,75 15.000,00	7,14%
I 001 045	BR0267638 CLORPROMAZINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MG	COMPRIMIDO 20.000,00	0,37	0,39	0,40	0,40	0,41	////	////	0,41	0,40	0,37 7.400,00	0,40 8.000,00	0,40 8.000,00	8,11%
I 001 046	BR0267635 CLORPROMAZINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25 MG	COMPRIMIDO 30.000,00	0,28	0,33	0,32	0,32	0,33	////	0,31	0,33	0,33	0,28 8.520,00	0,32 9.600,00	0,32 9.600,00	12,68%
I 001 047	BR0438093 COLECALCIFEROL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 200 UI	FRASCO 20,00 ML 800,00	2,99	5,00	////	////	5,00	////	5,00	6,00	////	5,00 4.000,00	5,25 4.200,00	5,00 4.000,00	5,00%
I 001 048	COMPLEXO B	COMPRIMIDO 30.000,00	0,04	0,15	////	0,15	0,15	////	////	0,15	////	0,15 4.488,00	0,15 4.500,00	0,15 4.500,00	0,27%
I 001 049	DEXAMETASONA 4 MG	COMPRIMIDO 6.000,00	0,16	0,18	0,18	0,18	0,18	////	////	0,20	0,19	0,16 960,00	0,18 1.080,00	0,18 1.080,00	12,50%
I 001 050	DEXAMETASONA , CREME 1MG/G	BISNAGA 1.500,00	1,57	5,34	////	////	5,36	5,07	////	6,00	6,00	5,07 7.605,00	5,55 8.325,00	5,36 8.040,00	9,47%
I 001 051	DEXAMETASONA SOLUÇÃO OFTÁLMICA 0,1%	FRASCO 200,00	////	8,78	8,40	9,00	8,99	8,95	8,96	9,00	9,00	8,40 1.680,00	8,88 1.776,00	8,98 1.796,00	5,71%
I 001 052	BR0393870 DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA À BETAMETASONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,4 MG + 0,05 MG/ML, FORMA FARMACÉUTICA: XAROPE	FRASCO 120,00 ML 1.500,00	1,64	////	////	////	7,18	////	////	8,00	7,00	7,00 10.500,00	7,39 11.085,00	7,18 10.770,00	5,57%
I 001 053	BR0298454 DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,4 MG/ML, APRESENTAÇÃO FARMACÉUTICA: XAROPE	FRASCO 100,00 ML 1.500,00	1,64	5,86	5,90	////	5,90	////	////	6,00	5,39	5,39 8.085,00	5,81 8.715,00	5,90 8.850,00	7,79%



ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	HISTÓRICO DE PREÇOS (ÚLTIMAS CONTRATAÇÕES)	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS)	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CGU - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	CMED	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	MENOR PREÇO POR ITEM / VALOR TOTAL	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	MEDIANA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 054	BR0267197 DIAZEPAM, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10 MG	COMPRIMIDO 40.000,00	0,04	0,25	////	////	0,25	0,23	////	0,25	0,24	0,23 9.200,00	0,24 9.600,00	0,25 10.000,00	4,35%
I 001 055	BR0267203 DAPIRONA SÓDICA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500 MG	COMPRIMIDO 200.000,00	0,12	0,27	0,26	////	0,26	0,26	0,27	0,27	0,26	0,26 52.000,00	0,26 52.000,00	0,26 52.000,00	0,00%
I 001 056	BR0267205 DAPIRONA SÓDICA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO ORAL (GOTAS)	FRASCO 10,00 ML 1.500,00	////	3,29	3,23	////	3,21	3,20	////	3,41	////	3,20 4.800,00	3,27 4.905,00	3,23 4.845,00	2,19%
I 001 057	BR0269962 DOMPERIDONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10 MG	COMPRIMIDO 30.000,00	0,04	0,38	////	0,42	0,44	////	////	0,44	0,42	0,38 11.400,00	0,42 12.600,00	0,42 12.600,00	10,53%
I 001 058	BR0267652 ENALAPRIL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 20 MG	COMPRIMIDO 30.000,00	0,05	0,14	////	0,13	0,15	////	////	0,15	0,14	0,13 3.840,00	0,14 4.200,00	0,14 4.200,00	9,38%
I 001 059	BR0270620 ESCOPOLAMINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10MG + 250MG, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADA COM DAPIRONA SÓDICA	COMPRIMIDO 10.000,00	0,22	0,52	////	0,50	0,54	0,49	0,48	0,54	0,51	0,48 4.800,00	0,51 5.100,00	0,51 5.100,00	6,25%
I 001 060	BR0267653 ESPIRONOLACTONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25 MG	COMPRIMIDO 50.000,00	0,16	0,26	0,25	0,24	0,25	////	0,23	0,26	////	0,23 11.500,00	0,25 12.500,00	0,25 12.500,00	8,70%
I 001 061	BR0267657 FENITOÍNA SÓDICA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MG	COMPRIMIDO 15.000,00	0,18	0,35	0,32	0,32	0,34	////	////	0,35	0,33	0,32 4.725,00	0,34 5.100,00	0,34 5.100,00	7,94%
I 001 062	BR0267660 FENOBARBITAL SÓDICO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MG	COMPRIMIDO 25.000,00	0,14	0,24	0,24	0,23	0,24	////	0,24	0,24	////	0,23 5.750,00	0,24 6.000,00	0,24 6.000,00	4,35%
I 001 063	BR0267662 FLUCONAZOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 150 MG	CÁPSULA 4.000,00	0,42	0,52	0,52	0,52	0,52	0,52	0,51	0,52	0,52	0,51 2.040,00	0,52 2.080,00	0,52 2.080,00	1,96%
I 001 064	BR0273009 FLUOXETINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 20 MG	CÁPSULA 90.000,00	0,06	0,35	////	////	0,36	////	0,35	0,36	////	0,35 31.500,00	0,36 32.400,00	0,36 32.400,00	2,86%



ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	HISTÓRICO DE PREÇOS (ÚLTIMAS CONTRATAÇÕES)	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS)	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLL	PORTAL DE NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CGU - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	CMED	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	MENOR PREÇO POR ITEM / VALOR TOTAL	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	MEDIANA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 065	BR0268292 FOLINATO DE CÁLCIO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 15 MG	COMPRIMIDO 2.000,00	2,26	2,50	2,49	2,42	2,48	////	2,34	2,50	2,45	2,26 4.520,00	2,43 4.860,00	2,47 4.940,00	7,52%
I 001 066	BR0267663 FUROSEMIDA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 40 MG	COMPRIMIDO 30.000,00	0,04	0,09	0,10	////	0,09	0,09	////	0,10	////	0,09 2.700,00	0,09 2.700,00	0,09 2.700,00	0,00%
I 001 067	BR0267671 GLIBENCLAMIDA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5 MG	COMPRIMIDO 60.000,00	0,04	0,13	////	0,14	0,13	////	////	0,15	0,12	0,12 7.200,00	0,13 7.800,00	0,13 7.800,00	8,33%
I 001 068	BR0442754 GLICLAZIDA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 30 MG, LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMPRIMIDO 160.000,00	0,10	0,61	////	////	0,59	////	////	0,64	0,61	0,59 94.400,00	0,61 97.600,00	0,61 97.600,00	3,39%
I 001 069	BR0442755 GLICLAZIDA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 60 MG, LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMPRIMIDO 90.000,00	////	0,57	0,54	////	0,60	////	////	0,60	0,51	0,51 45.900,00	0,56 50.400,00	0,57 51.300,00	9,80%
I 001 070	BR0292194 HALOPERIDOL, TIPO USO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, APRESENTAÇÃO: SAL DECANOATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50 MG/ML	AMPOLA 1,00 ML 402,00	6,42	7,80	////	////	7,70	////	7,20	8,90	7,92	7,20 2.894,40	7,90 3.175,80	7,80 3.135,60	9,72%
I 001 071	BR0267669 HALOPERIDOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5 MG	COMPRIMIDO 20.000,00	////	0,21	0,20	0,19	0,21	////	0,20	0,21	0,20	0,19 3.800,00	0,20 4.000,00	0,20 4.000,00	5,26%
I 001 072	BR0267674 HIDROCLOROTIAZIDA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25 MG	COMPRIMIDO 125.000,00	0,02	0,09	0,10	////	0,10	////	////	0,10	////	0,09 11.500,00	0,10 12.500,00	0,10 12.500,00	8,70%
I 001 073	BR0332755 IBUPROFENO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MG/ML, FORMA FARMACÉUTICA: SUSPENSÃO ORAL	FRASCO 20,00 ML 800,00	1,95	3,08	3,18	2,88	3,17	3,18	3,05	3,20	3,01	2,88 2.303,92	3,09 2.472,00	3,12 2.496,00	7,30%
I 001 074	BR0267676 IBUPROFENO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 600 MG	COMPRIMIDO 30.000,00	0,13	0,19	////	0,18	0,19	0,19	////	0,20	0,20	0,18 5.400,00	0,19 5.700,00	0,19 5.700,00	5,56%
I 001 075	BR0267292 IMIPRAMINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25 MG, PRINCÍPIO ATIVO: CLORIDRATO	COMPRIMIDO 6.000,00	0,39	0,45	0,44	0,41	0,44	////	0,43	0,45	0,43	0,39 2.364,00	0,43 2.580,00	0,44 2.640,00	9,14%



ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	HISTÓRICO DE PREÇOS (ÚLTIMAS CONTRATAÇÕES)	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS)	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLL	PORTAL DE NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CGU - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	CMED	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	MENOR PREÇO POR ITEM / VALOR TOTAL	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	MEDIANA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 076	BR0268861 ITRACONAZOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MG	CÁPSULA 4.000,00	0,67	0,72	0,75	////	0,76	0,75	0,78	0,79	0,74	0,72 2.880,00	0,76 3.040,00	0,75 3.000,00	5,56%
I 001 077	BR0376767 IVERMECTINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 6 MG	COMPRIMIDO 2.000,00	0,25	0,31	0,30	0,30	0,30	////	0,28	0,31	0,31	0,28 560,00	0,30 600,00	0,30 600,00	7,14%
I 001 078	BR0305247 LACTULOSE, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 667 MG/ML, FORMA FARMACÉUTICA: SOLUÇÃO ORAL	FRASCO 120,00 ML 200,00	////	7,84	7,97	////	7,90	7,35	////	8,00	////	7,35 1.470,00	7,81 1.562,00	7,90 1.580,00	6,26%
I 001 079	BR0270126 LEVODOPA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 200MG + 50MG, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À BENSERAZIDA	COMPRIMIDO 20.000,00	1,79	1,80	1,79	////	1,80	////	1,80	1,80	1,79	1,79 35.800,00	1,80 36.000,00	1,80 36.000,00	0,56%
I 001 080	BR0305270 LEVOFLOXACINO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500 MG	COMPRIMIDO 5.000,00	0,51	0,67	0,67	////	0,67	////	0,62	0,68	0,63	0,62 3.100,00	0,66 3.300,00	0,67 3.350,00	6,45%
I 001 081	BR0268125 LEVOTIROXINA SÓDICA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MCG	COMPRIMIDO 10.000,00	0,09	0,55	////	////	0,49	////	////	0,56	0,45	0,45 4.500,00	0,51 5.100,00	0,52 5.200,00	13,33%
I 001 082	BR0268124 LEVOTIROXINA SÓDICA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25 MCG	COMPRIMIDO 10.000,00	0,09	0,40	////	////	0,41	////	0,40	0,43	0,39	0,39 3.900,00	0,41 4.100,00	0,40 4.000,00	5,13%
I 001 083	BR0268123 LEVOTIROXINA SÓDICA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50 MCG	COMPRIMIDO 12.000,00	0,09	0,47	////	////	0,49	////	////	0,49	0,41	0,41 4.920,00	0,46 5.520,00	0,48 5.760,00	12,20%
I 001 084	BR0273466 LORATADINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10MG	COMPRIMIDO 14.400,00	0,06	0,10	0,10	0,09	0,09	////	////	0,10	0,09	0,09 1.296,00	0,10 1.440,00	0,09 1.296,00	11,11%
I 001 085	BR0273467 LORATADINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 1MG/ML, TIPO MEDICAMENTO: XAROPE	FRASCO 60,00 ML 1.000,00	2,59	5,65	////	////	5,19	////	////	6,00	5,22	5,19 5.190,00	5,52 5.520,00	5,44 5.440,00	6,36%
I 001 086	BR0268856 LOSARTANA POTÁSSICA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50 MG	COMPRIMIDO 350.000,00	0,03	0,23	////	////	0,24	////	////	0,25	////	0,23 80.500,00	0,24 84.000,00	0,24 84.000,00	4,35%



ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	HISTÓRICO DE PREÇOS (ÚLTIMAS CONTRATAÇÕES)	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS)	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CGU - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	CMED	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	MENOR PREÇO POR ITEM / VALOR TOTAL	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	MEDIANA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 087	BR0267690 METFORMINA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500 MG	COMPRIMIDO 60.000,00	0,12	0,20	////	////	0,19	////	////	0,20	0,19	0,19 11.400,00	0,20 12.000,00	0,20 12.000,00	5,26%
I 001 088	BR0267691 METFORMINA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 850 MG	COMPRIMIDO 130.000,00	0,10	0,25	////	////	0,25	////	////	0,25	0,25	0,25 32.500,00	0,25 32.500,00	0,25 32.500,00	0,00%
I 001 089	BR0267689 METILDOPA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 250 MG	COMPRIMIDO 60.000,00	0,31	0,59	0,56	////	0,59	////	////	0,59	0,55	0,55 33.000,00	0,58 34.800,00	0,59 35.400,00	5,45%
I 001 090	BR0267688 METILDOPA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500 MG	COMPRIMIDO 30.000,00	////	1,01	0,90	////	1,00	////	0,91	1,02	1,00	0,90 27.000,00	0,97 29.100,00	1,00 30.000,00	7,78%
I 001 091	BR0267312 METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10 MG	COMPRIMIDO 8.000,00	0,06	0,23	////	////	0,25	////	////	0,25	////	0,23 1.840,00	0,24 1.920,00	0,25 2.000,00	4,35%
I 001 092	BR0276656 METOPROLOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25 MG , APRESENTAÇÃO: LIBERAÇÃO CONTROLADA , PRINCÍPIO ATIVO: SAL SUCCINATO	COMPRIMIDO 60.000,00	////	0,67	0,62	////	0,66	////	////	0,67	0,65	0,62 37.200,00	0,65 39.000,00	0,66 39.600,00	4,84%
I 001 093	BR0345300 METRONIDAZOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MG/G , FORMA FARMACÊUTICA: CREME VAGINAL , CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM APLICADOR	BISNAGA 50,00 G 400,00	5,75	6,50	6,35	6,27	7,00	6,30	6,22	7,80	////	5,75 2.300,00	6,52 2.608,00	6,32 2.528,00	13,39%
I 001 094	BR0267717 METRONIDAZOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 250 MG	COMPRIMIDO 10.000,00	0,17	0,63	////	////	0,54	////	////	0,67	////	0,54 5.400,00	0,61 6.100,00	0,63 6.300,00	12,96%
I 001 095	BR0268286 MICONAZOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 20 MG/G , APRESENTAÇÃO: CREME	BISNAGA 28,00 G 400,00	////	5,86	5,20	////	5,10	////	////	6,00	////	5,10 2.040,00	5,54 2.216,00	5,53 2.212,00	8,63%
I 001 096	BR0268162 MICONAZOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 2% , APRESENTAÇÃO: CREME VAGINAL	BISNAGA 80,00 G 400,00	7,77	8,23	8,22	8,00	8,13	8,14	8,24	8,25	////	7,77 3.108,00	8,12 3.248,00	8,18 3.272,00	4,50%
I 001 097	BR0273167 NEOMICINA, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA COM BACITRACINA , DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5MG + 250UI/G , TIPO MEDICAMENTO: POMADA	BISNAGA 10,00 G 2.000,00	2,06	6,00	////	////	5,64	////	////	6,00	////	5,64 11.280,00	5,88 11.760,00	6,00 12.000,00	4,26%



ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	HISTÓRICO DE PREÇOS (ÚLTIMAS CONTRATAÇÕES)	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS)	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CGU - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	CMED	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	MENOR PREÇO POR ITEM / VALOR TOTAL	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	MEDIANA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 098	BR0273710 NIMESULIDA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MG	COMPRIMIDO 35.000,00	0,06	0,20	////	////	0,20	0,18	////	0,20	0,20	0,18 6.300,00	0,20 7.000,00	0,20 7.000,00	11,11%
I 001 099	BR0267378 NISTATINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100.000 UI/ML, APRESENTAÇÃO: SUSPENSÃO ORAL	FRASCO 30,00 ML 400,00	4,49	5,20	////	4,90	5,22	5,19	4,32	5,24	5,20	4,32 1.728,00	4,97 1.988,00	5,19 2.076,00	15,05%
I 001 100	BR0266788 NISTATINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25.000 UI/G, APRESENTAÇÃO: CREME VAGINAL	BISNAGA 50,00 G 500,00	5,71	6,30	6,20	6,03	6,42	////	////	6,43	6,42	5,71 2.856,00	6,22 3.110,00	6,30 3.150,00	8,89%
I 001 101	BR0268273 NITROFURANTOÍNA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MG	CÁPSULA 14.000,00	0,26	0,44	////	0,42	0,43	////	////	0,45	0,45	0,42 5.880,00	0,44 6.160,00	0,44 6.160,00	4,76%
I 001 102	BR0271606 NORTRIPTILINA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25 MG	CÁPSULA 20.000,00	0,27	0,59	0,58	////	0,58	////	0,57	0,60	0,60	0,57 11.400,00	0,59 11.800,00	0,58 11.600,00	3,51%
I 001 103	BR0271610 NORTRIPTILINA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50 MG	CÁPSULA 20.000,00	0,39	0,58	0,54	0,57	0,59	////	0,59	0,60	0,54	0,54 10.800,00	0,57 11.400,00	0,58 11.600,00	5,56%
I 001 104	BR0267712 OMEPRAZOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 20 MG	CÁPSULA 90.000,00	0,07	0,24	////	0,21	0,23	////	////	0,25	0,24	0,21 18.900,00	0,23 20.700,00	0,24 21.600,00	9,52%
I 001 105	BR0268506 ONDANSETRONA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 4 MG	COMPRIMIDO 10.000,00	////	0,56	0,57	////	0,57	0,55	////	0,60	////	0,55 5.500,00	0,57 5.700,00	0,57 5.700,00	3,64%
I 001 106	BR0273257 OXCARBAZEPINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 300 MG	COMPRIMIDO 10.000,00	0,74	1,16	1,15	////	1,06	////	////	1,20	1,15	1,06 10.600,00	1,14 11.400,00	1,15 11.500,00	7,55%
I 001 107	BR0273256 OXCARBAZEPINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 600 MG	COMPRIMIDO 10.000,00	1,41	////	////	////	1,63	////	1,58	1,80	1,59	1,41 14.100,00	1,60 16.000,00	1,59 15.900,00	13,48%
I 001 108	BR0267777 PARACETAMOL, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO ORAL, DOSAGEM SOLUÇÃO ORAL: 200 MG/ML	FRASCO 20,00 ML 600,00	1,11	3,03	////	////	3,15	////	////	3,20	3,15	3,03 1.818,00	3,13 1.878,00	3,15 1.890,00	3,30%



ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	HISTÓRICO DE PREÇOS (ÚLTIMAS CONTRATAÇÕES)	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS)	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CGU - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	CMED	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	MENOR PREÇO POR ITEM / VALOR TOTAL	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	MEDIANA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 109	BR0267778 PARACETAMOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO COMPRIMIDO: 500 MG	COMPRIMIDO 35.000,00	0,06	0,15	0,14	////	0,15	////	0,15	0,15	0,15	0,14 4.900,00	0,15 5.250,00	0,15 5.250,00	7,14%
I 001 110	BR0363597 PERMETRINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50 MG/ML, FORMA FARMACÉUTICA: LOÇÃO	FRASCO 100,00 ML 150,00	////	6,00	5,98	////	////	////	////	6,00	////	5,98 897,00	5,99 898,50	6,00 900,00	0,17%
I 001 111	BR0380865 POLIMIXINA B, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA COM NEOMICINA, FLUOCINOLONA E LIDOCAÍNA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10.000 UI + 3,5 MG + 0,25 MG + 20 MG/ML, FORMA FARMACÉUTICA: SOLUÇÃO OTOLÓGICA	FRASCO 10,00 ML 200,00	////	7,99	7,69	////	7,79	6,85	////	8,00	6,79	6,79 1.358,00	7,52 1.504,00	7,74 1.548,00	10,75%
I 001 112	BR0448597 PREDNISOLONA, COMPOSIÇÃO: FOSFATO SÓDICO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 20 MG	COMPRIMIDO 15.000,00	////	////	////	////	0,35	////	0,34	0,40	0,40	0,34 5.100,00	0,37 5.550,00	0,38 5.700,00	8,82%
I 001 113	BR0448595 PREDNISOLONA, COMPOSIÇÃO: FOSFATO SÓDICO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 3 MG/ML, FORMA FARMACÉUTICA: SOLUÇÃO ORAL	FRASCO 60,00 ML 3.000,00	4,14	6,79	5,94	5,96	6,80	6,57	////	6,80	6,60	5,94 17.820,00	6,49 19.470,00	6,60 19.800,00	9,26%
I 001 114	BR0267768 PROMETAZINA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25 MG	COMPRIMIDO 20.000,00	0,12	0,37	0,34	////	0,37	0,33	////	0,37	0,36	0,33 6.600,00	0,36 7.200,00	0,36 7.200,00	9,09%
I 001 115	BR0267772 PROPRANOLOL CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 40 MG	COMPRIMIDO 30.000,00	0,03	0,12	////	////	0,12	////	////	0,13	0,11	0,11 3.300,00	0,12 3.600,00	0,12 3.600,00	9,09%
I 001 116	BR0268390 SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, COMPOSIÇÃO: COMPOSTO POR: CLORETO SÓDIO 3,5G + GLICOSE 20G, + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G	ENVELOPE 3.000,00	0,66	1,00	0,90	////	1,00	1,00	////	1,00	////	0,90 2.700,00	0,98 2.940,00	1,00 3.000,00	8,89%
I 001 117	BR0294887 SALBUTAMOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100MCG/DOSE, FORMA FARMACÉUTICA: AEROSOL ORAL	FRASCO 200,00 DOSES 3.000,00	////	12,94	12,40	12,50	12,00	////	12,75	13,00	////	12,00 36.000,00	12,60 37.800,00	12,62 37.860,00	5,00%
I 001 118	BR0272365 SERTRALINA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50MG	COMPRIMIDO 110.000,00	0,10	0,11	0,11	0,11	0,11	////	0,11	0,11	////	0,10 10.450,00	0,11 12.100,00	0,11 12.100,00	15,79%



ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	HISTÓRICO DE PREÇOS (ÚLTIMAS CONTRATAÇÕES)	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS)	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CGU - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	CMED	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	MENOR PREÇO POR ITEM / VALOR TOTAL	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	MEDIANA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 119	BR0412965 SIMETICONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 75 MG/ML , FORMA FARMACÉUTICA: SOLUÇÃO ORAL - GOTAS	FRASCO 10,00 ML 400,00	1,30	3,05	////	////	3,40	////	2,95	3,50	2,86	2,86 1.144,00	3,15 1.260,00	3,05 1.220,00	10,14%
I 001 120	BR0267747 SINVASTATINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 20 MG	COMPRIMIDO 50.000,00	0,05	0,10	0,10	////	0,09	////	0,09	0,10	0,10	0,09 4.500,00	0,10 5.000,00	0,10 5.000,00	11,11%
I 001 121	BR0267745 SINVASTATINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 40 MG	COMPRIMIDO 15.000,00	0,11	0,14	0,14	0,14	0,13	////	0,13	0,15	0,14	0,13 1.950,00	0,14 2.100,00	0,14 2.100,00	7,69%
I 001 122	BR0308882 SULFAMETOXAZOL, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 400MG + 80MG	COMPRIMIDO 8.000,00	0,15	0,30	////	////	0,27	////	////	0,30	0,27	0,27 2.160,00	0,28 2.240,00	0,28 2.240,00	3,70%
I 001 123	BR0292344 SULFATO FERROSO, DOSAGEM FERRO: 40MG DE FERRO II	COMPRIMIDO 40.000,00	0,03	0,15	0,15	////	0,14	////	0,15	0,15	////	0,14 5.600,00	0,15 6.000,00	0,15 6.000,00	7,14%
I 001 124	BR0292345 SULFATO FERROSO, DOSAGEM FERRO: 25MG/ML DE FERRO II, FORMA FARMACÉUTICA: SOLUÇÃO ORAL-GOTAS	FRASCO 30,00 ML 400,00	////	2,65	2,78	////	2,80	////	2,67	2,88	////	2,65 1.060,00	2,76 1.104,00	2,78 1.112,00	4,15%
Valor total do anexo após análise			107.179,00	1.268.738,60	664.502,00	390.446,00	1.390.758,40	262.441,00	487.650,40	1.453.839,80	879.022,84	R\$ 1.312.126,40	R\$ 1.394.234,30	R\$ 1.405.890,60	
Valor total geral do anexo			474.462,84	1.320.038,60	664.502,00	390.446,00	1.390.758,40	262.441,00	487.650,40	1.453.839,80	879.022,84	R\$ 1.394.234,30			



ANEXO III
CONTRATO ADMINISTRATIVO

(Processo Administrativo nº 1.198/2026 – Processo EL nº 214/2026)

Id. CidadES nº 2026.033E0500001.01.0004

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI
O MUNICÍPIO DE IRUPI E

O **MUNICÍPIO DE IRUPI**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Jalmas Gomes de Freitas, 151, Centro, na cidade de Irupi, Estado do Espírito Santo, inscrito no CNPJ sob o nº 36.403.954/0001-92, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Paulino Lourenço da Silva, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) XXXXXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 214/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônica nº 006/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada no fornecimento de Medicamentos para Farmácia Básica, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados de sua publicação, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - REVISÃO

8.1. As regras acerca revisão do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

9. CLÁUSULA NOVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do Contratante:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de nota fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.10. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo previsto no art. 123, p. único da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);

10.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.7. O Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

10.1.7.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.1.7.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.1.7.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

10.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;

10.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT; e

10.1.7.6. Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante.

10.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021);

10.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos

quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.16. Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, bem como prestar as informações solicitadas, para os servidores do contratante e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como para os funcionários da mandatária e para os apoiadores técnicos.

10.1.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.1.18. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.20. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa

do contratado:

13.2.1.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6. O contratante poderá ainda:

13.6.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.6.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou

parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Irupi deste exercício, na dotação abaixo discriminada: xxxxxx.xxxxxxxxxx.xxx.xx.xx.xx

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91 da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º da Lei nº 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual de Iúna/ES para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

Irupi/ES, [dia] de [mês] de [ano].

Paulino Lourenço da Silva - Representante legal do Contratante

Representante legal do Contratado

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO IV**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/.....**

(Processo Administrativo nº 1.198/2026 - Processo E&L nº 214/2026)

Id. CidadES nº 2026.033E0500001.01.0004

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede na Avenida João Costa, nº 570, 29398-000, na cidade de Irupi, Estado do Espírito Santo, neste ato representado pela Secretária da pasta, Sr(a). **Hevillyn Eduarda Furtado Silva de Oliveira**, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico nº 006/2026, para **REGISTRO DE PREÇOS**, publicado no PNCP de/...../2026, Processo Administrativo nº 214/2026, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Medicamentos para Farmácia Básica, especificados nos itens 01 a 126 do Termo de Referência, anexo II do Edital de Licitação nº 006/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que constam no preâmbulo desta Ata.

2.2. Se houver cadastro de reserva, a listagem referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretária Municipal de Saúde.

3.2. Além do órgão gerenciador, não há órgãos ou entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. Os requisitos previstos nos itens 4.1.1 e 4.1.2 não se aplicam a órgãos ou entidades de outros Municípios.

DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas.

5.1.2. Excepcionalmente, nos casos de esgotamento da quantidade registrada, será admitida a antecipação da prorrogação, pelo prazo máximo de doze meses, com a renovação das quantidades.

5.1.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.4. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou aviso de contratação direta, poderá:

5.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da art. 124, II, d da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº

14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que

inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 33 do Decreto Municipal nº 101, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no art. 28, §2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista no art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista no art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do arts. 27, § 3º e 28, § 4º, ambos do Decreto Municipal nº 101, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta, conforme descrito na Minuta do Contrato, as quais se aplicam em caso de substituição do Termo de Contrato por instrumento equivalente.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, XVI, do Decreto Municipal nº 101, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, IX, do Decreto Municipal nº 101, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

11.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Irupi/ES, xx de xxxxxxxx de xxxx.

Hevilyn Eduarda Furtado Silva de Oliveira

Secretária Municipal De Saúde

[Assinatura Representante(s) Legal(is) do(s) Fornecedor(es) Registrado(s)]

ANEXO - CADASTRO DE RESERVA

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

ITEM	FORNECEDOR (RAZÃO SOCIAL, CNPJ/MF, ENDEREÇO, CONTATOS, REPRESENTANTE)					
	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	UN.	QDE.	VALOR UN.

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

ITEM	FORNECEDOR (RAZÃO SOCIAL, CNPJ/MF, ENDEREÇO, CONTATOS, REPRESENTANTE)					
	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	UN.	QDE.	VALOR UN.